PRAIAS O PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DO LITORAL CONECTA-SE A OUTRO PLANO EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO, A LIBERAÇÃO DOS CASSINOS

GREVE SEM ACORDO COM O GOVERNO, PROFESSORES DAS UNIVERSIDADES E DOS INSTITUTOS FEDERAIS MANTÊM O PROTESTO. A UFRJ PEDE SOCORRO

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

ANO XXIX Nº 1314 R$ 31,90
12 DE JUNHO DE 2024

ENFEITE DA FARIA LIMA

AS PRESSÕES DO MERCADO E DA MÍDIA PARA SUBJUGAR A ESCOLHA DA PRÓXIMA DIRETORIA DO BC "INDEPENDENTE"

INÊS 249

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CartaCapital

12 DE JUNHO DE 2024 • ANO XXIX • Nº 1314

O apelo dos professores paranaenses foi ignorado. Pág. 26

Seu País

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto e Arquivo/BCB

Economia

Nosso Mundo

Plural

QUEM TV/APP-SINDICATO E UMBIGADA/TVE/IRDEB/GOVBA

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

INÊS 249

CARTAS CAPITAIS

CABEÇAS DE PAPEL

Essas escolas cívico-militares querem matar o pensamento crítico, a liberdade de expressão, a cidadania plena das crianças e adolescentes, impedindo-os de descobrir o que querem ser e o que esperam fazer no futuro. Esse tipo de ensino atenta contra o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Juventude, humilhando e descaracterizando a formação do indivíduo. Atenta contra a essência existencial, dogmatizando para a subserviência e o pensamento acrítico.
Paulo Sérgio Cordeiro

Interessante. Tem um pessoal que adora copiar coisas de fora. Quais países do Primeiro Mundo adotam esse modelo? Como é a educação pública nos países europeus e nos EUA? Lá é assim também? Dúvida.
Alexandre Monteiro

São as escolas com o maior número de denúncias de assédio e os pais ficam caladinhos. Nas escolas públicas convencionais, a gritaria é grande. Já nas escolas cívico-militares, os pais parecem ter medo de se manifestar.
Edvard de Lima

ESCOLA NÃO É QUARTEL

Essencialmente, o pensamento militar é o de obediência total às autoridades e aos superiores. Já o científico parte da desobediência às autoritárias verdades absolutas.
Williams Costa Cantani

A MASSIFICAÇÃO DA MENTIRA

O fato é sempre menos interessante que a versão. Em um país no qual, como dizia Monteiro Lobato, o esporte favorito é chutar a canela do próximo, não é de espantar a "frutificação" dessa má prática, descendente direta de William R. Hearst, o Cidadão Kane original.
César Augusto Hulsendeger

INICIATIVA PONTUAL

A educação paulista está sendo destruída por Tarcísio de Freitas. É um projeto de fascismo para favorecer a elite. Mexem nas estruturas públicas de educação e congelam os movimentos sociais. Boa tática antidemocrática.
Márcia Azevedo

Para quem não entende a importância da bolsa: a cada mil professores na USP, três são negros. É simples.
Lázaro Martiniano

DE OLHO NO QUINTAL

Onde estão as indústrias? O pequeno e médio empreendedor precisa importar porque não encontra muito dos produtos no atacado ou varejo.
Luís Alberto

Deveriam tributar a exportação de matérias-primas para a indústria nacional ter acesso a insumos mais baratos em relação aos concorrentes internacionais, em vez de prejudicar o pobre com taxação em suas pequenas compras. A taxação deveria ser aplicada em quem compra bens para revenda.
Iara F. Gonzales

MAQUIAGEM VERDE

Este é um ótimo exemplo do porquê as pesquisas precisam ser públicas. Quando há muito dinheiro privado, há o risco de atender apenas à ideologia de quem financia os estudos.
Mara M. de Andrea

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação) e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: **www.cartacapital.com.br**

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE NEGÓCIOS: Henrique Rogatto
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

INÊS 249

A Semana

A candidata do MEC

A educadora Izolda Cela deixou o cargo de secretária-executiva do Ministério da Educação para disputar as eleições municipais. A exoneração foi publicada no *Diário Oficial da União* na segunda-feira 3. Vice-governadora do Ceará de 2015 a 2022, ela filiou-se ao PSB em fevereiro de 2024, mas ainda não definiu se disputará a prefeitura de Fortaleza ou de Sobral. Com a movimentação, o professor Gregório Grisa, secretário-executivo-adjunto, deve assumir o posto de número 2 no MEC.

Rio Grande do Sul/ O "pós-guerra"

Depois da tormenta, o desafio de reerguer um estado reduzido a escombros

Só na capital gaúcha o prejuízo é estimado em 8 bilhões de reais

O nível do Lago Guaíba, que banha a Região Metropolitana de Porto Alegre, voltou a subir na segunda-feira 3, frustrando comerciantes e moradores de bairros atingidos por novas inundações. A prefeitura da capital estima que as enchentes afetaram 39 mil imóveis e impactaram 157 mil habitantes. Ao menos 48 mil empresas tiveram o funcionamento prejudicado desde o início de maio. A rodoviária retomará a operação na sexta-feira 7. Já o Aeroporto Internacional Salgado Filho só deve reabrir em dezembro. Só na cidade, os prejuízos ultrapassam a cifra de 8 bilhões de reais.

Por todo o estado, é hercúleo o desafio de retomar as atividades. No município de Canoas, homens do Exército e da Marinha foram mobilizados para localizar 1,5 mil tonéis com resíduos de produtos químicos que foram levados pelas águas de uma empresa de reciclagem no bairro Fátima. Em boletim divulgado na terça-feira 4, a Defesa Civil confirmou a morte de 172 pessoas no desastre climático. Outras 44 seguiam desaparecidas. Mais de 616 mil habitantes ainda estavam impossibilitados de retornar às suas casas.

Não é tudo. Até aquela data, a Secretaria Estadual de Saúde havia confirmado a morte de 13 pacientes por leptospirose, doença transmitida pela água suja, contaminada pela urina de ratos. Ao menos 73 mil alunos da rede estadual de ensino continuavam sem aulas. O governo gaúcho informa que 22 escolas foram completamente destruídas, quase 600 estão danificadas e 31 continuam servindo como abrigos para famílias que perderam suas casas.

Ainda na terça-feira 4, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, viajou a Brasília para discutir detalhes do plano de reconstrução do estado. O presidente Lula, por sua vez, anunciou uma visita a cidades do Vale do Taquari, uma das regiões mais atingidas pela calamidade, na quinta-feira 6. Na ocasião, deve anunciar novas medidas de socorro ao estado.

De acordo com um balanço divulgado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o conjunto de iniciativas do governo federal para amparar a população gaúcha é estimado em 85,7 bilhões de reais. Já o Banco dos BRICS formalizou a liberação de 495 milhões de dólares (2,6 bilhões de reais) em investimentos para reconstruir o estado.

EB/MD, REDE SOCIAIS E GUSTAVO MANSUR/ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

12.6.24

Dólares na Bíblia/ **Bênção judicial**

Fundador da Igreja Renascer escapa de punição por evasão de divisas

Em janeiro de 2007, Estevam e Sônia Hernandes, líderes da Igreja Renascer, foram presos no aeroporto de Miami por tentar entrar nos EUA com 56,4 mil dólares escondidos em uma Bíblia, um porta-CDs, um casaco e duas bolsas. Como haviam informado à Alfândega a posse de apenas 10 mil dólares, as autoridades norte-americanas não hesitaram em condenar o casal pela falsa declaração. O apóstolo e a bispa só conseguiram retornar ao Brasil depois de cumprir 2 anos e 6 meses de prisão e liberdade condicional.

Ao regressarem, eles enfrentaram um novo processo. Em dezembro de 2009, foram condenados por evasão de divisas a quatro anos de reclusão. O juiz Fausto de Sanctis, da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, autorizou o casal a cumprir a pena em liberdade, mediante a prestação de serviços em entidades filantrópicas. Ainda assim, os Hernandes recorreram da sentença. Em 2012, o Tribunal Federal Regional da 3ª Região acatou parcialmente a apelação, reduzindo a pena a três anos. Após sucessivos recursos, a condenação de Estevam transitou em julgado para a defesa em 2021.

O Judiciário nativo tardou, porém, a executar a pena. Coube à juíza substituta Andreia Silva Sarney Costa Moruzzi reconhecer a prescrição da pretensão punitiva contra o apóstolo, que completou 70 anos em março. O despacho é de 29 de janeiro de 2024, duas semanas após o casal celebrar 46 anos de casamento. Por causa de um cochilo da mídia, poucos souberam da graça alcançada nas Bodas de Alabastro. O idealizador da Marcha para Jesus não sofreu qualquer punição, no Brasil, pelo crime. Aleluia!

O casal foi preso nos EUA, mas ficou incólume no Brasil

Homicídio culposo

Dez diretores da Prevent Senior foram denunciados pelo Ministério Público de São Paulo por homicídio culposo. Os executivos, alegam os procuradores, são responsáveis pela morte de sete pacientes em decorrência do tratamento ineficaz oferecido durante a pandemia da Covid-19. Na lista figuram os proprietários da empresa, Fernando e Eduardo Parrillo, e o médico Rodrigo Esper, responsável pelo estudo que chancelou o uso de cloroquina no tratamento dos infectados. "Foram feitos experimentos com medicamentos não adequados", afirmou o promotor Everton Luiz Zanella.

Mulheres/ **ROMPENDO TRINCHEIRAS**

FORÇAS ARMADAS VÃO PERMITIR ALISTAMENTO MILITAR FEMININO EM 2025

Pela primeira vez na história, as Forças Armadas vão permitir que as mulheres participem do alistamento militar para a carreira de soldado. A decisão foi tomada pelo ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, após consultas com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

A ideia é que o alistamento aconteça nos mesmos moldes do serviço militar masculino, mas sem a obrigatoriedade. As mulheres que completarem 18 anos em 2025 poderão se alistar para recrutamento no ano seguinte.

Atualmente, as mulheres já estão autorizadas a entrar nas fileiras das Forças Armadas por outros meios, como as escolas de preparação de oficiais. Somente a Marinha, no entanto, libera a participação delas em divisões de combate, como a dos fuzileiros navais. A iniciativa pode mudar esse cenário.

Hoje há poucas formas de ingresso, como as escolas para formar oficiais

INÊS 249

A Semana

Uma longa eleição

Enquanto isso, a Índia encerrou no domingo 2 a longa eleição que definirá o próximo primeiro-ministro. O nacionalista Narendra Modi é o favorito para conquistar um terceiro mandato. A votação durou 44 dias e teve sete fases. A divulgação do resultado será mais rápida, pois o país utiliza urnas eletrônicas. Dos 969 milhões de indianos aptos a votar, 642 milhões exerceram seu direito, segundo a comissão eleitoral. O país tem 1,4 bilhão de habitantes. Modi granjeia popularidade entre a maioria hindu e usa a religião para fins políticos. A minoria muçulmana no país tem sido seu principal alvo.

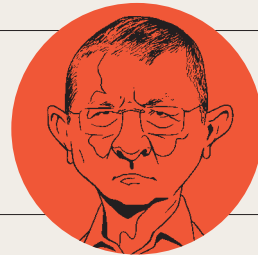
A aliada de López Obrador teve quase 60% dos votos

REDES SOCIAIS/MRN

México/ Uma cientista no poder

Claudia Sheinbaum vence as eleições com autoridade

Judia defensora da Palestina, ambientalista, cientista respeitada, Claudia Sheinbaum superou a campanha suja dos adversários para fazer história na política: tornou-se, no domingo 2, a primeira presidenta do México. O triunfo nas urnas foi incontestável. A aliada de Andrés Manuel López Obrador, cuja popularidade anda em alta, obteve perto de 60% dos votos, contra cerca de 30% da principal adversária, Xochitl Galvez, representante do centro-direita. O centrista Jorge Álvarez Máynez comeu poeira – obteve o apoio de, aproximadamente, 10% dos eleitores. “Não vou falhar”, prometeu Sheinbaum no discurso da vitória, dirigido especialmente às mulheres. “Disse desde o início, não se trata apenas de eu chegar aqui, mas de todas nós chegarmos aqui.” A futura presidenta de 61 anos não é neófita na política. Entre 2018 e 2023, governou a populosa e complexa capital, Cidade do México. Apesar da proximidade com Obrador, Sheinbaum tem um estilo diferente do padrinho. Chamada de “La Doctora”, cultiva a imagem de técnica que toma decisões “baseadas em dados”. Em um país profundamente católico, conservador e machista – o ex-presidente Vicente Fox certa vez descreveu as mulheres como “máquinas de lavar roupa de duas pernas” –, a mandatária terá de provar nos próximos cinco anos seu compromisso de campanha com o combate ao feminicídio e à violência doméstica e o apoio à igualdade de gênero. Também será posta à prova sua habilidade de negociação com Washington, em particular se Donald Trump voltar à Casa Branca a partir de 2025. Sheinbaum, obviamente, sabe qual o maior problema do México: estar longe demais de Deus e perto demais dos Estados Unidos.

ALDO FORNAZIERI
Cientista político, professor da Escola de Sociologia e Política e autor, entre outros, de *Liderança e Poder* (Contracorrente)

Desgoverno global

▶ O mundo parece mover-se como um trem sem freios, em alta velocidade e rumo ao abismo

As catástrofes climáticas estão por toda a parte. Chegaram mais cedo do que a humanidade esperava e com fúria inaudita. Enchentes devastadoras e secas desertificantes vêm ocorrendo em todos os cantos do planeta. Pessoas morrem de calor na Índia e no Canadá. Furacões intensos destroçam territórios norte-americanos. A Alemanha e o Rio Grande do Sul enfrentam inundações assustadoras. Nenhum continente está isento de destruições.

Os pontos de não retorno em vários biomas avançam e as tendências entrópicas do meio ambiente como um todo se agravam diariamente. O mundo parece mover-se como um trem sem freios, em alta velocidade e rumo ao abismo. O grande risco para a humanidade e todas as espécies são as transformações em curso, a indicar tendências paradoxais, para o bem e para o mal. Algumas delas indicam possibilidades de soluções colaborativas. Outras acenam para soluções divergentes, trágicas e violentas. Infelizmente, as tendências destrutivas estão ganhando o jogo.

Algumas transformações apontam para um cenário apocalíptico. As principais, segundo numerosos especialistas, são as seguintes: agravamento da crise climática pela intensificação do novo período geológico do Antropoceno; caminhada rumo ao ponto da singularidade digital de 2045 (domínio das máquinas sobre os humanos); advento do transumanismo e de nova biopolítica com tendências desumanizadoras; um nova Guerra Fria entre potências do Ocidente e do Oriente; intensificação de conflitos armados regionais, como os da Ucrânia e Gaza; impacto dos grandes deslocamentos transnacionais (migrações de fome e escassez, de guerras e de refugiados ambientais); ameaça à sobrevivência das democracias pelo fortalecimento do extremismo de direita.

O problema é que não existem governos com capacidade para enfrentar as catástrofes climáticas, estancar as ações de depredação do meio ambiente e imprimir direção e sentido às transformações em curso. Com isso crescem as tendências de acirramento dos conflitos sociais, políticos, econômicos e militares, tanto internos quanto internacionais.

As tendências conflitivas assentam-se em três razões principais: **1.** Os impactos das mudanças climáticas provocam escassez de recursos e isto desencadeará a luta por recursos diversos. **2.** A salvação do meio ambiente planetário e da vida implicará mudanças drásticas em relação às quais haverá resistência de grupos econômicos e de Estados. Em determinadas circunstâncias, é provável ser necessário o uso da força para a contenção da crise e para alcançar os objetivos da sustentabilidade. **3.** As medidas de mitigação dos efeitos catastróficos e os investimentos necessários para mudar os padrões de produção, de consumo, de vida urbana, de energia e das políticas públicas em geral exigirão somas estratosféricas. Ocorrerão grandes disputas para determinar quem pagará os custos dessas mudanças. As forças hegemônicas dos mercados e do capitalismo globalizado agem para socializar os prejuízos e privatizar os benefícios.

O atual cenário global não favorece o enfrentamento eficaz da crise ambiental nem é capaz de viabilizar um desenvolvimento sustentável no sentido forte do termo. Ao contrário, as catástrofes ambientais e as mudanças indicadas acima agravam a governabilidade global e interna.

Esse quadro de crise tem estimulado saídas particularistas e nacionalistas nos diversos países, favorecendo a competição em detrimento da colaboração. Isso reforça o descompromisso dos Estados com os acordos firmados nos fóruns internacionais. Os nacionalismos extremados de direita alimentam teorias negacionistas sobre as mudanças climáticas.

Por outro lado, a desmaterialização provocada pela economia digital aumenta a extraterritorialidade de atividades produtivas e comerciais, enfraquecendo a regulação nacional, provocando um domínio crescente do mercado financeiro e das plataformas digitais oligopolistas, aumentando o impacto das externalidades sobre as economias locais, fragilizando a regulação jurífica de justiça e de proteção ambiental e social. Essas circunstâncias deterioram a capacidade de coordenação das instituições multilaterais e das jurisdições internacionais e supranacionais.

A captura política dos Estados nacionais por grupos particularistas e depredadores é um enorme problema, agravado pelo crescimento dos movimentos de extrema-direita, que adotam políticas negacionistas e de desmonte das proteções sociais e ambientais. É necessário aumentar a consciência dos riscos sistêmicos e engajar a sociedade nesse debate. Somente com consciência social, organização e mobilização seremos capazes de deter esse trem sem freios que se move rumo ao abismo. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

INÊS 249

Campos Neto quer decidir no lugar de Lula

O BC TEM DONO

O CONSÓRCIO MERCADO-MÍDIA AGE PARA CONDICIONAR A ESCOLHA DO NOVO PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO

por CARLOS DRUMMOND

INÊS 249

Com a ansiedade elevada pela perspectiva de substituição, em dezembro, do presidente e de parte da diretoria do Banco Central, que passaria a ter uma maioria indicada pelo presidente Lula, e de olho nas eleições municipais em outubro, uma preocupação com desdobramento no pleito presidencial de 2026, o consórcio mercado financeiro-mídia não quer nem ouvir falar de novas reduções das taxas de juro neste ano. Sensibilidade monetária à flor da pele, a turma range os dentes e emite declarações históricas diante de qualquer flutuação da inflação, mesmo nos casos de variações mínimas, exibidas como um atestado de que a Selic não pode baixar. O truque visa distrair a atenção do público para proteger preventivamente os rendimentos generosos proporcionados pela maior taxa de juros real do mundo, instrumento principal utilizado pelo BC no combate à inflação, mesmo nas situações em que esta não é a medida adequada.

Faz parte do jogo de cartas marcadas minimizar notícias positivas sobre a economia, e nenhuma delas parece boa o suficiente para reduzir o pessimismo sob medida, inabalável, dos fazedores de dinheiro. A meta estratégica é enfraquecer o governo Lula, para aumentar as chances de escolha de um presidente do BC amigo do mercado e conquistar uma posição política o mais favorável possível para o sistema financeiro nas disputas eleitorais. Ou, no mínimo, constranger de antemão o nome mais cotado para substituir Roberto Campos Neto no comando da instituição, o economista Gabriel Galípolo, nomeado diretor de Política Monetária do banco em julho do ano passado e ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda.

A antecipação do debate sobre a escolha do novo presidente do BC ocorreu no começo de abril, por iniciativa espantosa do próprio Campos Neto. O mesmo que, semanas atrás, em pronunciamento extraoficial e extemporâneo, durante evento privado da XP, em Nova York, alardeou a tendência de desaceleração do ritmo da diminuição da taxa Selic a cada reunião do Copom, antes definido em meio ponto porcentual pelo conjunto da diretoria do BC, para 0,25. Ao fulminar de modo monocrático a diretriz da redução dos juros, Campos Neto elevou o chamado risco institucional, mas como o sistema financeiro o reconhece como legítimo representante público dos seus interesses privados, traduziu a iniciativa em elevações das projeções para inflação e das taxas. Como justificativa do seu rompante em Nova York, o presidente do BC mencionou o aumento dos riscos, internos e externos. Os riscos existem, mas, como se verá adiante, não parecem justificar a onda de reajustes de previsões realizada pelo mercado, que resultará em bilhões e bilhões em ganhos adicionais às instituições financeiras e aos rentistas.

COMO ROBERTO CAMPOS NETO NÃO SERÁ RECONDUZIDO, O OBJETIVO É CONSTRANGER DE ANTEMÃO O SUBSTITUTO

Galípolo está previamente avisado. Ai dele se se "meter a besta"

ALESSANDRO DANTAS/PT NO SENADO E MARCELO CAMARGO/ABR

Exemplo de esmero no uso da estratégia alarmista descrita foi a entrevista concedida à *Folha de S.Paulo* por Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e ex-funcionário de George Soros, na quinta-feira 27. Fraga apontou o risco de a inflação subir e o mercado perder a confiança no caso de o indicado por Lula para a presidência do BC "se meter a besta", isto é, se reduzir os juros, o que abriria caminho para um grande e rápido "fiasco político" (*sobre as declarações do ex-presidente do BC, leia o artigo de Luiz Gonzaga Belluzzo, à página 16*). O alerta, recado ou ameaça de Fraga soma-se à profusão de editoriais, artigos, notas e fofocas publicados pela mídia nas últimas semanas a respeito da inflação, dos juros e do risco fiscal, em um período também marcado por derrotas do governo no Congresso. "O objetivo imediato é garantir o controle sobre o BC e o objetivo de médio prazo é enfraquecer o governo para ele ser ou derrotado em 2026, na melhor das hipóteses para eles, ou mais influenciável pela agenda neoliberal. E um jogo transparente, visto várias vezes, é a maneira como a elite do atraso procura manter o País sob seu controle, independentemente dos resultados das eleições", dispara o economista Paulo Nogueira Batista Jr., colunista desta revista.

Está em ação um *lobby* articulado, prossegue, que inclui o mercado financeiro, a mídia corporativa e políticos, os quais atuam de maneira conjugada. O propósito é inibir o governo, Lula e Haddad, na escolha do presidente do Banco Central. Além de Campos Neto, concluem o mandato em dezembro dois di-

INÊS 249

retores, Carolina de Assis Barros, de Administração, e Otávio Ribeiro Damaso, de Regulação. O BC passará então a ter a maioria dos dirigentes indicados pelo atual governo. Hoje, a maior parte da diretoria é remanescente da era Bolsonaro, que promulgou a independência da instituição em 2021 e estabeleceu mandatos de quatro anos não coincidentes com aquele do presidente da República.

"O que eles querem", prossegue Batista Jr., "é que a escolha para a presidência do BC recaia de preferência sobre um homem deles, um alto funcionário do sistema financeiro. Não podendo ser isso, aceitam alguém domesticável. Portanto, esse barulho todo, a entrevista de Arminio Fraga inclusive, é um exemplo disso, é para dizer ao governo: 'Cuidado, não vá nos desagradar nessa escolha estratégica'."

A preocupação foi reforçada com os embates que antecederam a última reunião do Copom, com o placar da votação de 5 a 4 a favor da proposta do presidente do BC, de frear a redução da taxa de juros. A divisão sinalizou ao mercado como poderá ser a nova direção do banco quando Campos Neto não estiver mais disponível para cumprir as diretrizes da Faria Lima. "É mais essa terceira via, que é uma coisa velhíssima, muito antiga, remonta, no mínimo, à UDN", ressalta Batista Jr. A UDN, cabe acrescentar, nasceu em 1945 para combater o desenvolvimento do País iniciado por Getúlio Vargas. Defendia o liberalismo clássico, a moralidade, e fazia forte oposição às reivindicações da população pobre, além de defender a abertura incondicional da economia ao capital estrangeiro. "É evidente que essa terceira via está se posicionando para as disputas eleitorais. As deste ano, que estão aí na boca, e a de 2026, que é a mais importante. Eles se deram conta de que Lula é candidato e estão querendo dificultar a vida dele e, se possível, derrotá-lo", sublinha o economista.

A operação do mercado passa pelo reconhecimento de que o único fato novo na política, no Brasil e em outros países, nos últimos dez anos, é a ascensão da extrema-direita. Ela é um elemento novo, no País e fora dele, por mostrar potencial eleitoral e um radicalismo na área cultural e econômica. E é competitiva. A direita tradicional tende, segundo o economista, a submergir. Os partidos dessa corrente desaparecem, seja porque são engolidos pelos partidos de extrema-direita, seja porque a extrema-direita se infiltra nos partidos da direita tradicional e toma conta, caso dos republicanos nos Estados Unidos e dos conservadores no Reino Unido. No Brasil, o que aconteceu foi o virtual desaparecimento dos partidos que representavam a terceira via, do PSDB notadamente.

"O que eles estão tentando agora, se possível, como mostra a entrevista de Arminio Fraga, que é politiqueira, claramente, não é uma entrevista de economia, é uma terceira via. Não sendo possível uma terceira via, pretendem encontrar outro caminho." Esse outro caminho, prossegue, se configura de maneira escancarada e consiste na organização de "uma nova Arca de Noé pela direita", em torno de uma frente ampla que incluiria a extrema-direita e ao menos a maior parte da direita tradicional, para, caso não seja viável a terceira via, ter-se uma Arca de Noé de direita.

HÁ UM COMPONENTE POLÍTICO: A "TERCEIRA VIA" TENTA REORGANIZAR-SE PARA AS ELEIÇÕES DE 2026

CORY HANCOCK/FMI E CLÁUDIO VIEIRA/PMSCJ

INÊS 249

O Fundo Monetário Internacional vê perspectivas melhores para a economia. Há melhoras na renda e no consumo

Se não for possível isso, eles vão botar fichas também na "Arca de Noé de Lula", só que, nesse caso, tentarão enfraquecer ao máximo o presidente agora, para que ele entre na negociação fragilizado, precisando muito da terceira via. "O que eles não querem é que ele chegue em 2026 como chegou em 2010. Ganhou em 2002, disputou a reeleição e em 2010 nadou de braçada com Dilma, indicada por ele. Querem evitar que Lula chegue em 2026 forte, em condições de reduzir o papel da terceira via em uma nova Arca de Noé." Nessa configuração, nomes como Arminio Fraga, e vários outros, prossegue, "têm o papel de dar uma vestimenta econômica a um projeto político. E Lula que se cuide, porque, hoje em dia, não é exagero dizer que o governo está acossado simultaneamente por vários lados. No Congresso, na mídia corporativa e no mercado financeiro".

Acrescente-se a oposição interna ao seu próprio espectro político, com ministros e outros ocupantes de cargos de partidos aliados que não resultam em aumento do placar do governo nas votações no Congresso, e dificuldades como a greve de várias categorias de funcionários públicos. "A base tradicional de Lula está em queda", destaca Batista Jr. E o governo está um pouco paralisado pela presença importante de representantes da terceira via em postos relevantes, como consequência da Arca de Noé. Não é só o BC, que ainda está sob o comando de um indicado por Bolsonaro. O Ministério do Planejamento inteiro, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio também está quase totalmente ocupado por gente com a ideologia neoliberal, e mesmo na Fazenda há representantes dessa agenda". Mais: "Se dependesse dessa gente, nós voltaríamos ao Consenso de Washington, à agenda neoliberal, que está morta e enterrada nos Estados Unidos e na Europa, mas continua a ter uma sobrevida por aqui. Porque, aqui, o pessoal não se renova, continua com as mesmas teses mofadas que prevaleceram no fim do século XX, início do século XXI".

Notícias econômicas boas não faltam, entretanto, a começar pelo aumento de 0,8% do PIB no primeiro trimestre, em comparação com o trimestre anterior, acima das previsões do mercado. Os fatores que mais contribuíram para o dinamismo da economia foram a continuidade do mercado de trabalho aquecido, com a criação de 730,8 mil novas vagas de emprego formal, bem acima dos 520,3 mil postos criados no mesmo período no ano passado, o aumento real do salário mínimo e seu impacto sobre os benefícios sociais e previdenciários, a ampliação da massa salarial em 10,4% em termos reais, o aumento do consumo e, em especial, o bom desempenho dos investimentos, com avanço de 4,1% no período, influenciado pela retomada da produção de bens de capital, favorecida pela melhora das expectativas dos empresários, segundo a Federação das Indústrias de São Paulo.

O acompanhamento da Fiesp mostra que a indústria de transformação voltou a crescer no primeiro trimestre deste ano,

INÊS 249

com avanço de 0,7%, mas "a taxa Selic terminal mais alta é fator de risco para a continuidade do processo de recuperação do setor". "O Brasil faz milagre, queria ver os Estados Unidos crescerem com juros de 10% a 12% ao ano", disparou Paulo Gala, economista-chefe do Banco Master, em comunicado a propósito da expansão do PIB. Gala destacou como "notícia muito boa", nessa evolução, o aumento do investimento, que gera capacidade produtiva na economia, o que permitirá um Produto Interno Bruto maior no futuro. "O Brasil está meio heroico, conseguiu crescer quase 3% ao ano nos últimos dois a três anos, com esses juros gigantescos", acrescentou.

Divulgado pouco antes da notícia acerca do desempenho do PIB, o relatório do Fundo Monetário Internacional sobre o Brasil, elaborado após visita de missão regular de acompanhamento técnico, contém um diagnóstico muito favorável a respeito da situação da economia e da política econômica. O relato dos técnicos, registrado sem destaque pela mídia local, apesar de o FMI ser a principal instituição norteadora das políticas econômicas liberais e neoliberais no mundo, afirma que o País, nos últimos anos, demonstrou "notável resiliência, à medida que a inflação caiu para dentro do intervalo da meta". O corpo técnico do Fundo espera que o crescimento modere no curto prazo antes de se fortalecer para 2,5% no médio prazo, uma revisão para cima, em face dos 2% registrados na visita anterior da instituição, em 2023. O relatório ressalta "o ritmo cuidadoso da flexibilização monetária, apropriado e consistente", indica "satisfação com o compromisso das autoridades em continuar a melhorar a posição fiscal do Brasil" e a "eliminação das despesas fiscais ineficientes, o alargamento da base tributária e o combate à rigidez da despesa". Não por acaso, todas as agências de *rating* têm melhorado a nota de risco de crédito do País.

NO SENADO, ESTÁ PRONTA A PROPOSTA QUE AMPLIA A AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL

No plano internacional, o FMI, acompanhado da OCDE e da Unctad, vê uma melhora discreta da economia global, que se mostrou resiliente durante a desinflação de 2022 e 2023. As agências projetam um "pouso suave", apesar dos juros mais elevados para combater a alta de preços e da resistência da própria inflação.

Apesar dos vários indicadores positivos relevantes, a articulação mercado-mídia segue infatigável, apoiada em razões estruturais, aponta André Roncaglia, professor de Economia da Unifesp. Os meios de comunicação, em causa própria, se interessam pela agenda que defende a redução da tributação e os cortes de gastos públicos, para garan-

INÊS 249

A indústria mostra certa resiliência. O Congresso se prepara para atender à encomenda do mercado e ampliar a autonomia do Banco Central

tir o equilíbrio fiscal. O alinhamento entre a sobrevivência e a lucratividade desses veículos e uma agenda de austeridade é quase automático. Outro fator que pesa é a identificação com os interesses dos anunciantes. Para mantê-los, o veículo tentará preservar um certo viés em defesa dessa mesma agenda que os beneficia.

Um terceiro elemento vem do fato de as fontes consultadas pelos jornalistas serem majoritariamente *experts* cujos salários dependem do avanço de uma agenda de austeridade. São os economistas da Faria Lima, ou de empresas e de institutos privados. "Os economistas são formados, majoritariamente, dentro de uma perspectiva em que o mercado tem a primazia na regulação da economia. Essa ideologia se traduz na ênfase em determinados tópicos, que são particularmente de curto prazo. As questões da política fiscal com viés de austeridade, e da política monetária também com esse viés, são exemplos", sublinha Roncaglia.

Entre as causas do alinhamento da mídia ao mercado há a questão ideológica, inescapável por estar no ambiente econômico. "Vivemos um modelo neoliberal de governança econômica, e aqui não falo de governo, mas de governança, que é a relação entre Estado, mercado e sociedade civil. Esse modelo ainda é dominantemente neoliberal, embora esteja em crise. Mas a hegemonia da governança ainda não transitou. Ela está nessa situação de crise do neoliberalismo, mas define a maneira como o sistema opera, e isso afeta tremendamente os jornalistas, cujo horizonte de análise é muito curto", ressalta o professor.

Outro aspecto a considerar, nessa relação entre jornalistas e economistas, é que a disponibilidade de economistas para falar com a imprensa é assimetricamente maior nas instituições financeiras da Faria Lima ou associadas a interesses financeiros. Bancos, gestoras de recursos e corretoras têm equipes de economistas que ficam essencialmente à disposição da imprensa. Em contrapartida, economistas que integram universidades e institutos de pesquisa costumam ter pouca disponibilidade ou simplesmente são ignorados como fontes de informação.

Não satisfeitos, os donos do dinheiro patrocinam no Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional para aprofundar a "independência" do Banco Central. A PEC estabelece a autonomia financeira e administrativa à instituição e tem como relator o senador Plínio Valério, do PSDB do Maranhão. A ideia conta com o entusiasmado apoio de Campos Neto. O Sinal, sindicato dos funcionários do BC, é contrário à proposta, assim como a Advocacia-Geral da União. Em carta, os sindicalistas alertam para os riscos de descoordenação da política monetária no futuro. "Não há como ignorar sua condição de instituição típica de Estado, incompatível com a sua transformação em empresa pública", afirma o texto. O relatório de Valério entrará em pauta nos próximos dias. •

INÊS 249

OS CANHÕES DO MERCADISMO

AS LIÇÕES DO ESPECULADOR SOROS AO FUNCIONÁRIO ARMINIO FRAGA

por LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Em sua entrevista à *Folha de S.Paulo*, o ex-funcionário de George Soros, Arminio Fraga, também ex-presidente do Banco Central, lançou uma advertência a respeito da provável escolha de Lula para ocupar o posto que lhe pertenceu no Brasil.

"Se quem entrar se meter a besta, a inflação começar a subir e o mercado perder a confiança, vai ser um grande fiasco político, inclusive, e rápido. Esse discurso assim mais frouxo na política monetária só atrapalha, porque fica a desconfiança, e o custo aumenta. É uma tristeza ver como a coisa está sendo conduzida, as pressões políticas explícitas, os ataques ao BC, a ideia de que responsabilidade fiscal é uma grande maldade."

A menção a George Soros não vai espantar o leitor bem informado de *CartaCapital*. Certamente, nossos assinantes sabem que Arminio Fraga trabalhou na instituição financeira do assim chamado megaespeculador.

Em 17 de fevereiro de 1999, a *Folha de S.Paulo* estampou uma coluna de Elio Gaspari. O texto do jornalista cuidava de uma suspeita lançada contra uma manobra financeira do megaespeculador com títulos da dívida brasileira. Aí vai um trecho:

"Na quinta-feira da semana passada, o professor Paul Krugman, um dos mais ouvidos economistas do mundo, acusou o investidor George Soros de ter ganho dinheiro à custa da boataria que antecedeu a sexta-feira 29 de janeiro. Nela, o dólar bateu a cotação de 2,10 reais. Segundo Krugman, Soros comprou títulos da dívida externa brasileira na baixa provocada pelos boatos de que o governo calotearia sua dívida interna. Vendeu-os na alta, uma semana depois, quando se viu que o governo não fizera confisco algum. Quem jogou nessas cartas ganhou, em apenas sete dias, pelo menos 5% do capital investido. Soros teria feito isso baseando-se em informações privilegiadas que Fraga recebera.

ARMINIO ARMOU-SE ATÉ OS DENTES PARA DETONAR A PROVÁVEL ESCOLHA DO PRÓXIMO PRESIDENTE DO BC

"Tanto Fraga quanto o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, têm insistido em declarar nula a questão, sob o argumento de que ele só foi sondado e convidado para assumir a presidência do Banco Central nos dias 30 (sábado) e 31 (domingo)".

Conheci George Soros em sua visita ao Brasil, quando participou de um programa *Roda Viva* da TV Cultura. Convidado pela emissora para participar do time de entrevistadores, tratei de aproveitar a ocasião. Terminada a sessão, conversei com o entrevistado a respeito de Karl Popper e Arminio Fraga.

Soros rejeitou energicamente a suspeita que bateu às costas de Fraga e entusiasmou-se com a conversa sobre a obra de Karl Popper. O bate-papo enveredou por outros temas da vida social e Soros recomendou que eu me empenhasse na leitura de seu último livro.

Chegou tarde. Já havia lido.

Em seu livro *A Crise do Capitalismo*,

Soros disse ter percebido que seus escrúpulos morais não fariam qualquer diferença para o mundo real. Qual seria a nota de Arminio nesse quesito?

ARQUIVO/ECFR E MARCOS OLIVEIRA/AG. SENADO

George Soros faz um depoimento esclarecedor sobre sua experiência de investidor nos mercados financeiros: "Como participante anônimo dos mercados financeiros nunca tive de pesar as consequências sociais de minhas ações. Estava consciente de que, em algumas circunstâncias, os efeitos talvez fossem danosos, mas justificava minha negligência em relação às consequências prejudiciais pelo fato de estar jogando conforme as regras. O jogo era muito competitivo e, se ainda me impusesse limitações adicionais, terminaria derrotado. Além disso, percebi que meus escrúpulos morais não fariam qualquer diferença para o mundo real, em face das condições de competição eficaz ou quase perfeita predominantes nos mercados financeiros; se me abstivesse de agir, outra pessoa assumiria o meu lugar".

Ao ler a entrevista de Arminio, assaltou-me a suspeita de negligência do ex-funcionário de Soros com os escritos de seu ex-patrão. Suspeita, certamente, mais fundamentada que aquela levantada por Paul Krugman.

Os canhões de Arminio foram engatilhados, como já foi dito, para detonar a provável escolha do próximo presidente do Banco Central: "Se quem entrar se meter a besta, a inflação começar a subir e o mercado perder a confiança, vai ser um grande fiasco político, inclusive, e rápido". Os fiascos têm sido frequentes no exercício da política econômica brasileira. A frequência foi acalentada nos bastidores do receituário mercadista que imobiliza o crescimento econômico e impõe as desgraças da desigualdade.

Retornamos a George Soros e seu conceito de reflexividade para investigar a natureza das relações entre os protagonistas dos mercados financeiros. "A característica distintiva da reflexividade é que ela introduz um elemento de incerteza no pensamento dos participantes e um elemento de indeterminação na situação em que participam."

Soros apresentou com clareza impressionante a fragilidade dos supostos que sustentam as teorias dos mercados competitivos, livres, "eficientes", e denunciou o seu caráter predominantemente apologético. A crise financeira de 2008, como tantas outras, esgueirou-se silenciosa nos subterrâneos da economia globalizada, enquanto seus acólitos midiáticos e acadêmicos evangelizavam o público com as crendices sobre os mercados eficientes e "competitivos" no provimento de informações para os agentes racionais e otimizadores. É reconfortante acreditar em Papai Noel.

Quando irrompeu das profundezas, o terremoto financeiro exigiu os cuidados das políticas de socorro às instituições financeiras. Incapazes de revigorar as economias, socializaram prejuízos e acentuaram a concentração de renda e resgataram dos baixios do fracasso a subteologia dos mercados eficientes e competitivos.

Soros reconhece que o fundamentalismo do *laissez-faire* não é diferente, em essência, daquele que sustentou as experiências malogradas do socialismo real. Ambos têm em comum a certeza do conhecimento da verdade "última", atingida a partir de procedimentos científicos. Uns e outros têm pretensões de praticar a engenharia social e almejam enfiar a sociedade nos escaninhos estreitos de suas certezas funestas. Vai sobrar sociedade.

Soros, desdenhosamente, acusa a teoria dos mercados eficientes – cujas forças fundamentais moveriam a economia continuamente para a senda do equilíbrio e da estabilidade – de pertencer à categoria de superstições científicas contaminadas irremediavelmente pelo determinismo. A partir de uma concepção ultrapassada do método científico, a teoria econômica pretende tirar conclusões práticas relevantes, recomendar políticas e impor reformas.

A ortodoxia de Arminio Fraga parte das certezas do equilíbrio para imaginar uma economia harmônica. É importante registrar o caráter reducionista desse pensamento que se arroga foros de cientificidade. Sua função não é propriamente a de indagar ou investigar, senão simplificar: certo ou errado, bem ou mal. Trata-se de justificar as tropelias da besta e não de compreender ou explicar. •

Sol, mar e roleta

CONGRESSO A PEC da privatização das praias se entrelaça ao projeto de autorização de cassinos no Brasil

POR ANDRÉ BARROCAL

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 26
Paraná. Ratinho Jr. terceiriza a gestão de escolas públicas

EDILSON RODRIGUES/AG. SENADO E ISTOCKPHOTO

O Brasil sediará, em 2025, uma conferência latino-americana de ecoturismo. Será em Bonito, cidade pantaneira em Mato Grosso do Sul. O País tem grande potencial de turismo verde e deveria explorá-lo melhor, na visão do presidente Lula, que recentemente falou a respeito ao lado do ministro Celso Sabino. "Nós não temos uma política de desenvolvimento do turismo para visitar nossas florestas", afirmou na quarta-feira 5, Dia Mundial do Meio Ambiente.

Contatos. Em 2020, Flávio Bolsonaro reuniu-se com Sheldon Adelson, apoiador de Trump e então dono do Grupo Las Vegas Sands

Em Brasília, há quem trabalhe, na surdina, por outro tipo de turismo: o da jogatina. A pasta de Sabino integra a engrenagem, aliás. O plano é liberar cassinos em *resorts*, eis o motivo do avanço no Congresso da "PEC das Praias", para privatizar áreas litorâneas. Os patrocinadores da medida só não contavam com um barraco nas redes sociais entre a atriz Luana Piovani e o jogador Neymar, polêmica que fez o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, segurar o andamento da proposta por ora.

A mudança constitucional conhecida como "PEC das Praias" e a lei que autoriza cassinos são irmãs siamesas. Foram aprovadas ao mesmo tempo pelos deputados, em fevereiro de 2022, e agora andam lado a lado no Senado. "Os cassinos disseram que queriam praias privativas. Quem negociou isso foi o Felipe Carreras, em nome do Arthur Lira", conta uma autoridade governamental que testemunhou o entrelaçamento das propostas na Câmara. A PEC transfere do governo federal para estados e municípios as "terras de marinha", situadas a até 33 metros na beira do mar e rios, avaliadas em 213 bilhões de reais pela Secretaria de Patrimônio da União. Repassar os terrenos a estados e prefeituras alimentará, segundo ambientalistas, a especulação imobiliária, em decorrência da regularização fundiária de terrenos ocupados de forma precária ou ilegal. A restrição de acesso às áreas seria consequência da regularização. E é o que os cassinos querem: praias exclusivas para seus clientes.

> **Flávio Bolsonaro, relator do projeto de venda do litoral, está articulado com os empresários do jogo**

A PEC está aos cuidados do senador Flávio Bolsonaro, do Republicanos do Rio de Janeiro. O 01 apresentou, em maio de 2023, um parecer favorável ao texto na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A CCJ realizou uma audiência pública sobre o tema em 27 de maio passado. Duas semanas antes, havia promovido uma audiência pública sobre a lei dos jogos de azar. O projeto entrou na pauta de votações da CCJ em 13 de maio e saiu em 5 de junho, em razão de um pedido de vistas, ou seja, alguns senadores queriam tempo para examiná-lo com calma. O parecer é a favor da aprovação da lei. Tinha sido apresentado em novembro do ano passado pelo senador Irajá, do PSD de Tocantins.

Em janeiro de 2020, Irajá e Flávio viajaram a Las Vegas, a meca da jogatina nos Estados Unidos, e reuniram-se com um empresário trumpista judeu,

INÊS 249

Parças. Bolsonaro falava em criar uma Cancún brasileira. Neymar nega, mas está metido até o pescoço na defesa da privatização das praias

Sheldon Adelson. Morto aos 87 anos um ano depois, Adelson era dono do Grupo Las Vegas Sands, um dos maiores *resorts* e cassinos do mundo, e desejava fazer negócios no Brasil. Em maio de 2018, tinha ido a Brasília encontrar o então presidente Michel Temer. Eram tempos de pré-campanha presidencial e, numa atividade na Associação Comercial do Rio, Jair Bolsonaro acenara com a liberação dos cassinos, caso chegasse ao poder: "Há a possibilidade, eu digo uma possibilidade, de jogar para cada estado decidir. Em princípio sou contra, mas vamos ver qual a melhor saída". Um jornal de Adelson, o *Israel Sayom*, foi um dos primeiros a entrevistar Bolsonaro após a eleição dele em 2018.

A viagem de Flávio e Irajá aos EUA custou 40 mil reais ao Senado, entre passagens e diárias. Além de Las Vegas, o *tour* teve uma parada em Miami, onde a dupla se reunira com duas firmas de cruzeiros marítimos. A viagem e as despesas tinham sido autorizadas pelo então presidente do Senado, Davi Alcolumbre, hoje do União Brasil do Amapá. Alcolumbre chefia desde 2021 a CCJ, o palco de negociações subterrâneas em torno da "PEC das Praias" e da lei dos jogos. Nada é feito às claras no Congresso atualmente, é tudo no privado. Palavras de um colaborador do PT no Senado.

O casamento entre a "PEC das Praias" e a lei da jogatina foi celebrado na Câmara há pouco mais de dois anos, sob as bênçãos de Lira. Os deputados aprovaram a proposta sobre terras de marinha em 22 de fevereiro de 2022 e, um dia depois, fizeram o mesmo com a lei dos cassinos. Os dois projetos são antigos (de 2011 e 1991, respectivamente) e tinham ganhado impulso quando a Câmara era comandada pelo mentor de Lira, Eduardo Cunha, criador de comissões especiais para ambos. A da jogatina acabaria em agosto de 2016, um mês antes de Cunha ser cassado por mentir sobre dinheiro no exterior. A outra, em novembro de 2018, três semanas após a eleição de Bolsonaro.

Lira ressuscitou as duas propostas entre o fim de 2021 e o início de 2022. A classe política preparava-se para a eleição à vista e, em tempos de campanha, dinheiro é sempre bem-vindo. Em 16 de dezembro de 2021, Lira colocou em votação um pedido de urgência para a lei da jogatina, o que pavimentaria a estrada para o plenário examiná-la. Era o último dia de trabalho congressual em 2021. A urgência foi aprovada. Em 16 de fevereiro de 2022, duas semanas após o fim do recesso legislativo, Lira inseriu a "PEC das Praias" na pauta do plenário. Aproveitou como relator o mesmo da comissão especial, Alceu Moreira, do MDB gaúcho. Para cuidar da irmã siamesa, designou Felipe Carreras, do PSB de Pernambuco.

Carreras é soldado de Lira em certas missões. Foi dele o projeto que concedeu isenções fiscais a empresas do setor de eventos na época da pandemia, o Perse. Esse sistema permitiu fraudes bilionárias, conforme constatado pela Re-

ceita Federal posteriormente. O governo Lula tentou, sem sucesso, extingui-lo, mas, por pressão de Lira, teve de aceitá-lo até 2026. Na condição de relator da lei dos jogos de azar, coube a Carreras negociar com interessados em abrir cassinos. Mesmo com o projeto no Senado, ele continuou a se mexer. Em 25 de abril, foi ao presidente da Confederação Nacional do Comércio, José Roberto Tadros, conversar sobre a lei e convidá-lo a participar de um debate na Câmara. Tadros é a favor da legalização dos jogos. Diz que haveria bilhões em investimentos.

Foi basicamente esse o argumento usado pelos defensores da jogatina na audiência pública de 5 de maio na CCJ do Senado. Entre os pregadores estavam o vice-presidente da Operação de Cassinos e Hotéis do Hard Rock Internacional, Alex Pariente, o vice-presidente institucional da Associação Brasileira dos Resorts, Thiago Borges, e o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Manoel Cardoso Linhares. No embalo dos investimentos haveria mais turistas, acrescentam.

Pariente comentou que o Hard Rock tem cassino na República Dominicana e que essa é uma das causas de o país caribenho receber 10 milhões de turistas por ano, acima do Brasil – 6 milhões no ano passado. Os potenciais investidores querem criar *resorts* integrados, espaços que oferecem num só lugar estadia, jogos, shows e... praias. O Ministério do Turismo tem feito estudos sobre os ganhos para a economia em caso de legalização dos jogos e onde *resorts* podem ser instalados. Foi o que contou Carlos Henrique Menezes Sobral na audiência pública no Senado. Sobral é secretário nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimentos no Turismo, repartição do ministério. No passado, havia sido assessor especial de Eduardo Cunha. Sabino foi nomeado ministro em agosto de 2023 sob as bênçãos de Lira.

REDES SOCIAIS E CLAUBER CLÉBER CAETANO/PR

A briga entre Luana Piovani e Neymar atrapalhou os planos dos senadores

O outro lado da moeda vendida pela turma da jogatina não é bonito, conforme visto na audiência pública no Senado. Gilberto Pereira, vice-presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, a Unafisco, disse: o jogo favorece a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro. Segundo Peterson Queiroz Araújo, promotor de Justiça em Minas Gerais, ele beneficia o crime organizado, vide uma operação policial de 2019 em Minas Gerais, a Hexagrama. "Certamente, favorecerá o fortalecimento das organizações criminosas a um ponto tal em que talvez nós experimentaremos aqui, no futuro, o que outros países já enfrentaram", reforçou um colega procurador mineiro, André Estevão Ubaldino Pereira. E fará aumentar a dependência dos cidadãos, conforme Hermano Tavares, professor, psiquiatra e coordenador do Programa Ambulatório do Jogo Patológico. O jogo, segundo ele, é a terceira causa do vício entre brasileiros, atrás da nicotina e do álcool.

Boca no trombone. Os senadores ficaram com medo de Piovani

A "PEC das Praias" também causará problemas. Além da especulação imobiliária e da privatização de áreas litorâneas, há o risco ambiental. "A grande maioria desses terrenos de marinha e faixa de segurança está em áreas consideradas pela legislação brasileira como Áreas de Preservação Permanente (...), importantes para a segurança humana e para o bem-estar das pessoas", declarou em 27 de maio, no Senado, Marinez Eymael Garcia Scherer, coordenadora-geral do Departamento de Oceano e Gestão Costeira do Ministério do Meio Ambiente. Na França, prosseguiu ela, o governo tem recomprado terras litorâneas privatizadas por causa do risco de aumento do nível do mar, em razão do aquecimento global. A Marinha é contra a PEC por motivos de segurança nacional.

Os argumentos contrários parecem não ter sido capazes de sensibilizar o Senado e conter o avanço da proposta. O que os senadores sentiram foi o efeito do barraco entre Piovani e Neymar. A atriz manifestou-se contra a ameaça de privatização das praias e chamou o jogador de "ignóbil" por apoiar a ideia e ter interesses imobiliários no litoral. O atleta revidou: "Louca". No embalo do barraco circulou nas redes sociais a bandeira "-Ney + Mar", enquanto artistas entravam em cena contra a PEC. Rodrigo Pacheco, o presidente do Senado, sentiu o baque e declarou publicamente que a proposta não será votada com pressa. E com calma, vai? Pelo que se ouve nos bastidores, as forças a favor das irmãs siamesas vão esperar a poeira baixar, mas não desistiram. •

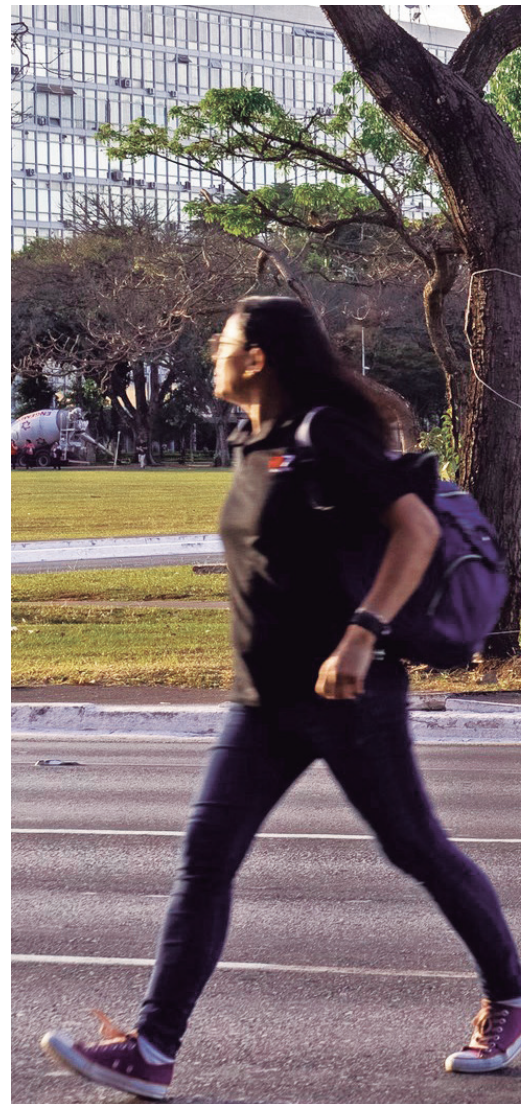
INÊS 249

O impasse persiste

ENSINO SUPERIOR A greve nas universidades e institutos federais arrasta-se há quase dois meses, sem avanço nas tratativas entre o governo e os sindicatos

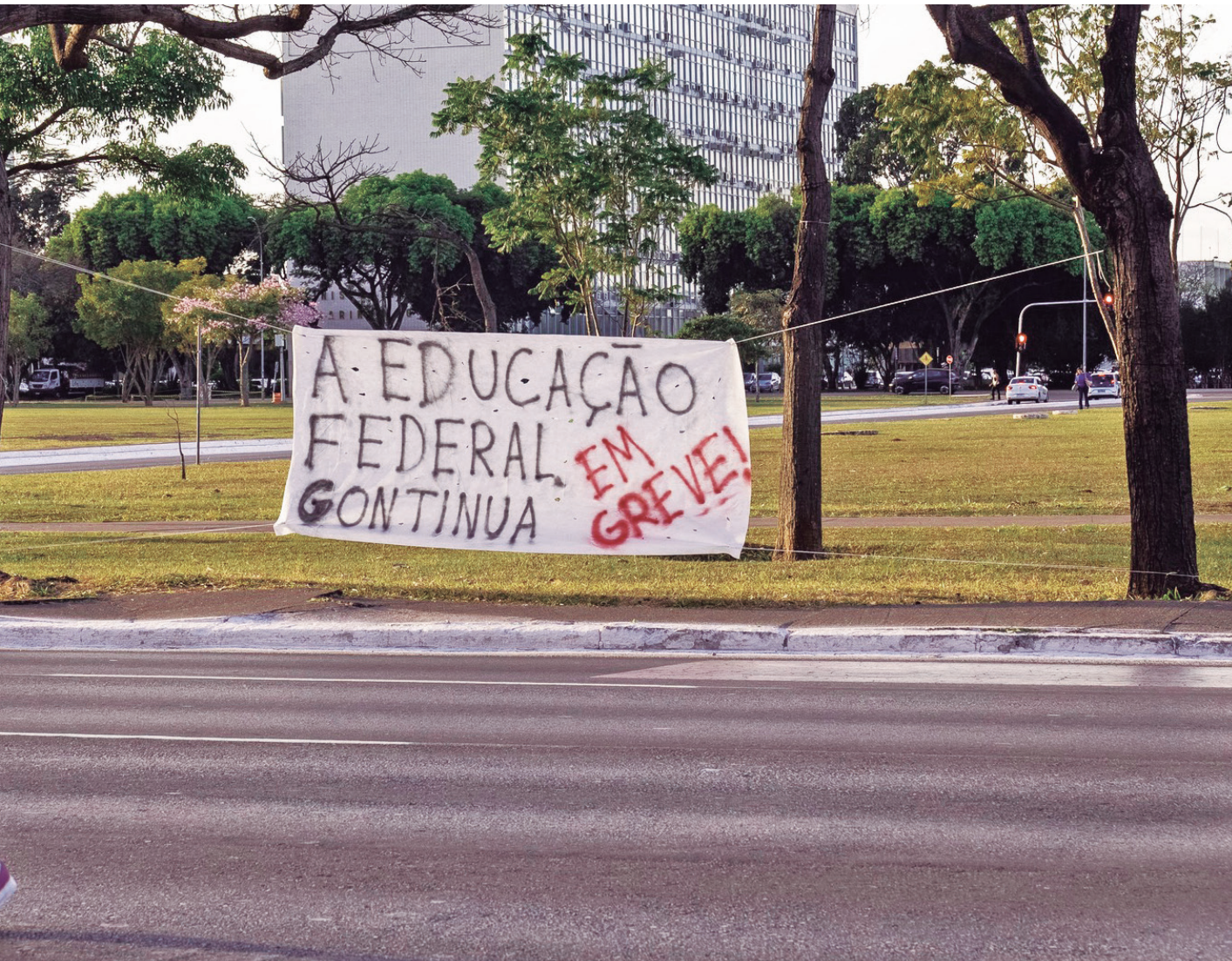
POR FABÍOLA MENDONÇA

Mais antiga universidade pública do Brasil e apontada como a terceira melhor pelo QS World University Rankings, a UFRJ está prestes a fechar as portas. A previsão é de que ela encerre este ano com um déficit acumulado de 380 milhões de reais, fruto de uma série de cortes e contingenciamentos de recursos ao longo de uma década. Por falta de manutenção, os prédios da instituição de ensino estão literalmente caindo aos pedaços e, segundo a Pró-Reitoria Financeira, só há verba para manter a operação até julho. No início de maio, parte do edifício da Escola de Educação Física e Desportos desabou, comprometendo o acesso ao ginásio e às salas de aula. No fim do mês passado, o Conselho Universitário da UFRJ publicou uma carta aberta denunciando os problemas estruturais da instituição, um cenário de penúria que se repete em praticamente todas as universidades federais do País.

Para se ter uma ideia, entre 2012 e 2021, o orçamento discricionário da UFRJ teve redução de mais de 60%. "Com a Emenda Constitucional 95 e os cortes motivados pela guerra cultural no governo Bolsonaro, os novos cortes incidiram sobre o orçamento que, em 2019, era de indescritíveis 361 milhões de reais. Desse modo, a deterioração da infraestrutura foi acelerada. Graves e dolorosos incêndios atingiram nossas instalações, situação que não foi revertida até o momento", explica o pesquisador Roberto Leher, ex-reitor da UFRJ. Embora a educação seja apontada como uma das prioridades pelo presidente Lula, a atenção dada ao ensino superior não condiz muito bem com o discurso. Em 2024, a previsão orçamentária para as universidades é de 5,9 bilhões de reais, perda de

Do outro lado do balcão. Ex-sindicalista, o secretário José Lopez Feijóo foi escalado para negociar com os servidores parados

quase 10% na comparação com os 6,2 bilhões de reais de 2023. O sucateamento soma-se à greve dos professores e técnicos administrativos das universidades e dos institutos federais, que está completando dois meses sem que as negociações entre as partes avancem.

Depois de uma liminar da Justiça Federal suspendendo um acordo entre o governo e uma federação de sindicatos co-

REDES SOCIAIS/ANDES-SN E VINÍCIUS LOURES/AG. CÂMARA

nhecida pela sigla Proifes, o Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos voltou a negociar, na segunda-feira 3, com outras entidades representativas que não aceitaram a proposta do governo, a exemplo da Andes e do Sinasefe. O cenário pouco mudou. Os sindicatos defendem um reajuste de 3,69% este ano, 9% em 2025 e 5,61% em 2026. O governo diz não ter orçamento para reposição este ano e propõe 9% em janeiro do ano que vem e 3,5% em maio de 2026, além da elevação do chamado "estepe", que serve de base para calcular a progressão da carreira docente. O presidente da Andes, Gustavo Seferian, avisa que a categoria não aceita reajuste zero este ano e vai intensificar a mobilização.

Já são 63 universidades federais paralisadas e mais de 550 *campi* dos institutos federais fechados. Está prevista para 14 de junho uma nova rodada de negociação, mas o governo adiantou que não vai discutir pontos da pauta que tratem de aumento de despesas. A proposta inicial dos professores era de um reajuste de 22,71%, fracionado em 2024, 2025 e 2026. O porcentual iria recompor as perdas acumuladas desde 2016. Em 27 de

Em busca de acordo para encerrar a greve, Lula agendou reunião com os reitores para a segunda-feira 10

Sucateamento. Devido à falta de manutenção, foram registrados incêndios e desabamentos nos prédios da UFRJ

maio, a categoria apresentou uma contraproposta com os índices atuais, que totalizam 18,85%. "A posição do governo é bastante intransigente. Não é uma postura democrática, sobretudo após a assinatura de um acordo com uma entidade sem representatividade sindical qualquer", dispara Seferian, referindo-se ao Proifes. "Dentro da proposta, vários elementos foram contemplados para nós, da Federação, à exceção do reajuste de 2024. As outras propostas estavam de acordo com a nossa expectativa", defende-se Wellington Duarte, presidente da Proifes, acrescentando que a entidade entrou com recurso para derrubar a liminar e fazer valer o acordo assinado.

Segundo o secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão, José Lopez Feijóo, a elevação do estepe na carreira vai proporcionar um reajuste aos professores entre 13% e 31%, variando entre 23% e 43% se forem agregados a isso os 9% concedidos a todos os servidores públicos em 2023. "Quando você eleva os estepes, a remuneração de um professor universitário de dedicação exclusiva, o chamado titular, aumenta de 22 mil reais para 26 mil reais. Um professor inicial sai de 10 mil reais para 13 mil reais", explica Feijóo. "O governo propõe uma mescla na recomposição, que não se dará de forma linear. Fizeram uma tabela com uma variação, nesses três anos, para os servidores bastante díspar entre as pessoas ao considerar o nível da carreira. E isso só iria acontecer a partir do ano que vem, este ano seria zero por cento, o que não aceitamos", rechaça Seferian.

Em recente evento público, o presidente Lula elogiou o caráter democrático da greve, lembrou que no governo passado havia repressão aos grevistas, cenário que não existe mais, e deu o recado: "Vamos negociar com todas as categorias. Ninguém será punido neste país por fazer uma greve. Eu nasci fazendo greve. É um direito legítimo. Só que eles têm de compreender que pedem quanto querem e a gente dá o quanto pode". O argumento de que a União não dispõe de recursos para atender à pauta dos professores e técnicos administrativos das universidades e institutos federais é desconstruído pela Auditoria Cidadã da Dívida. Segundo a entidade, com base nos dados oficiais divulgados no fim de março, a União conta com 1,5 trilhão de reais na conta do Tesouro Nacional, 1,4 trilhão de reais no caixa do Banco Central e 1,7 trilhão de reais em reservas internacionais.

"E não venham dizer que não se pode mexer em reserva, porque o Banco Central está aí oferecendo contrato para pagar a bancos e grandes exportadores e importadores a variação do dólar. Metem a mão nas reservas constantemente. Nos últimos cinco anos, foram 60 bilhões de dólares torrados para garantir essa variação de dólar para banqueiros e grandes exportadores da mineração e do agronegócio, que têm acesso a esses contratos. São quase 5 trilhões parados", destacou Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, durante *live* na terça-feira 4. O

presidente da Andes compara os acenos do governo federal a alguns setores econômicos com o tratamento dispensado aos docentes. "O governo está sempre cedendo na pauta econômica, na desoneração e favorecimento de setores no orçamento público, beneficiando o capital em detrimento da valorização do servidor público, que está sendo escanteado."

"Quando o governo indica reajuste zero, ele não só não dá reajuste, como também nos impõe um ônus de pagarmos a conta do desequilíbrio fiscal, que vem se acentuando desde 2015, mas que não é causado pelas universidades", salienta o professor da UFPE Paulo Rubem Santiago, integrante do Comando de Greve em Pernambuco. "Além de pedirmos a reposição das perdas salariais, defendemos a recomposição dos orçamentos de custeio e investimento das universidades, que hoje, segundo a Andifes, a associação dos dirigentes das federais, estaria na faixa entre 5 bilhões e 5,5 bilhões de reais, o mínimo para manter as universidades funcionando até o fim deste ano."

Para a pesquisadora e professora do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UFPE Ângela Amaral, a paralisação dos docentes representa a volta dos movimentos sociais às ruas e está servindo de vitrine para mostrar para a sociedade o sucateamento das instituições de ensino. "Esta greve explicita as reais problemáticas que as universidades públicas brasileiras vivenciam, assim como as contradições e o desmonte de um patrimônio nacional, que deveria servir para construir um projeto de nação. Esse projeto vem sendo negligenciado por inúmeros governos", destaca, lembrando que 95% das pesquisas científicas no Brasil são produzidas pelas universidades públicas. "Esta também é uma greve de resistência contra a ofensiva neoliberal e mercantil de tratar a educação como mercadoria, como *commodity*, abrindo espaço para grupos e grandes conglomerados educacionais que investem nas Bolsas de Valores e que fazem da universidade um processo de garantir a acumulação de riqueza desses setores."

A UFRJ deve terminar o ano com um déficit de 380 milhões de reais e diz só ter recursos para manter as portas abertas até julho

Em situação mais difícil que os docentes estão os técnicos administrativos em educação (TAEs), primeiros a entrar em greve e raras vezes atendidos pelo Ministério da Gestão. Depois da pressão dos sindicatos dos professores, o governo resolveu marcar uma reunião com a Fasubra, federação que representa a categoria, para terça-feira 11. Com uma defasagem salarial de 34%, os TAEs querem reajuste de 4,5% em 2024, 9% em 2025 e 9% em 2026. Assim como propõe aos docentes, para este ano a proposta do governo para os administrativos é zero reajuste, 4,5% em 2025 e 9% em 2026. A categoria também defende a reestruturação de carreira, já que o salário desse setor do funcionalismo é apontado como o menor dentro do serviço público.

MARCELO CAMARGO/ABR E REDES SOCIAIS/SINTURFJ

Agonia. Leher denuncia o processo de asfixia financeira das universidades

"Existe uma enorme evasão de trabalhadores das universidades que fazem novos concursos para outros órgão, por conta dos baixos salários. A cada dez técnicos administrativos que entram na universidade, sete saem para outras instituições e isso vem dificultando, inclusive, o desempenho das atividades das universidades, porque é necessário um bom tempo para formar um trabalhador", salienta Danilo Araújo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Pernambuco. Segundo Feijóo, para se chegar ao topo da carreira, os TAEs levam, em média, 22 anos, mas o governo está disposto a reduzir esse tempo para 18 anos.

Um ponto de pauta que é comum a todas as categorias dentro das universidade e institutos federais é o que eles chamam de revogaço. Trata-se da revogação de instruções normativas publicadas no governo Bolsonaro que ferem o direito de greve dos servidores públicos. Essas medidas continuam em vigor, mesmo um ano e meio após o início da gestão Lula. Os grevistas também se queixam de, em nenhum momento, ter sido recebidos pelo primeiro escalão do governo Lula, nem pelo ministro Camilo Santana, do MEC, nem pela ministra Esther Dweck, da Gestão e Inovação.

Em busca de acordo para encerrar a greve, o presidente Lula convocou reitores de universidades e institutos federais para uma reunião em Brasília, que aconteceria na quinta-feira 6, no Palácio do Planalto. Contudo, por incompatibilidade na agenda presidencial, ela foi remarcada para a segunda-feira 10. •

INÊS 249

Reles mercadoria

PARANÁ Assembleia Legislativa aprova projeto que transfere a gestão de 200 escolas públicas para a iniciativa privada

POR RENÉ RUSCHEL

Sob ruidosos protestos, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou, na terça-feira 4, um Projeto de Lei que entrega a gestão de 200 escolas públicas do estado à iniciativa privada. Foram 38 votos a favor e 13 contrários. Enquanto os deputados analisavam o texto, professores e estudantes se manifestavam nas galerias. Eles ocupavam o prédio desde o dia anterior, após romperem uma barreira feita por policiais militares. Agora o texto segue para a sanção do governador Ratinho Júnior, do PSD.

No tumulto que precedeu a sessão, seguranças da Casa tentaram impedir a entrada dos profissionais da educação. Em meio ao empurra-empurra, portas de vidro da entrada principal do edifício foram quebradas, deixando dois policiais e dois manifestantes feridos. O presidente da Assembleia, Ademar Traiano, decidiu suspender a sessão e transferir a votação para o plenário virtual. Apenas os parlamentares da oposição permaneceram no local, além de educadores que, após um acordo, foram autorizados a ficar até o encerramento da análise do projeto.

A oposição apresentou 13 emendas, das quais apenas quatro foram incorporadas ao texto. O relatório final foi aprovado conforme parecer do líder do governo na Casa, deputado Hussein Bakri, do PSD. Encaminhado pelo Executivo na semana anterior, o Projeto de Lei passou sem qualquer discussão na Comissão de Educação e seguiu direto para a Comissão de Constituição e Justiça, que o aprovou a toque de caixa, na véspera do feriado de Corpus Christi. Denominado "Programa Parceiro da Escola", prevê a implantação de um modelo de gestão administrativa e de infraestrutura privada em 200 escolas públicas estaduais, distribuídas em 110 municípios.

"O governador transferiu a gestão escolar para a iniciativa privada, que passará a cuidar, inclusive, da contratação de professores e do estabelecimento das metas a serem atingidas por esses colégios", explica o deputado estadual Requião Filho, ferrenho opositor da iniciativa. "Ser contra esse projeto não é pauta com bandeira partidária ou perseguição de sindicalistas, mas um posicionamento que parte de uma análise técnica, séria e responsável, dentro do que prevê a nossa legislação", acrescenta o petista.

> O governo Ratinho Jr. ainda pediu a prisão de líder sindical após a categoria descumprir uma ordem judicial para encerrar a greve

Por meio de nota, organizações da sociedade civil ligadas à educação mencionam uma "equivocada e impossível separação entre trabalho administrativo e pedagógico". Elas alertam ainda para um possível favorecimento dos colégios escolhidos para o programa na destinação de recursos públicos, visando convencer a sociedade de que a privatização da gestão escolar é a solução. "Financiar desigualmente um conjunto de escolas que ficará sob a responsabilidade de um 'plano de sucesso' elaborado, coordenado e implementado pelo setor privado, cujos princípios se assentam no mercado, é considerar a educação como uma mercadoria qualquer que pode ser negociada e vendida", criticam. Vinte entidades assinam a nota, entre elas a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e a Sociedade Brasileira de Ensino de Química.

O governo diz que, nas 110 cidades escolhidas para receber o programa, "foram observados pontos passíveis de aprimoramento em termos pedagógicos, projetando, inclusive, a diminuição da evasão escolar". O novo modelo será instalado após consulta pública à comunidade escolar. O texto acrescenta que "a remuneração das empresas contratadas será estabelecida de acordo com a média de custo de referência da rede. O custo do programa aos cofres públicos segue uma incógnita. A gestão Ratinho Jr. informa apenas que "não terá impacto no orçamento do estado".

Esse é um dos pontos levantados por nove deputados em uma representação apresentada ao Supremo Tribunal Federal, na vã tentativa de suspender a tramitação do projeto. A oposição argumenta que não há estudos sobre o impacto orçamentário e alerta que a contratação de empresas deixará as finanças das escolas "não privatizadas" estranguladas. Já o governador Ratinho Jr. acusa o sindicato dos pro-

ORLANDO KISSNER/ALEP E QUEM TV/APP-SINDICATO

Ignorados. Milhares de professores protestaram contra a iniciativa

fessores de semear "*fake news* sobre o projeto, que já acontece em outros países para ajudar os diretores a ter mais liberdade para trabalhar". O governador acrescentou que a greve da categoria, contra a implantação do programa, é "política" e "ilegal".

Desde 2023, a Secretaria Estadual de Educação desenvolve o projeto piloto em dois colégios: Aníbal Khury, em Curitiba, e Anita Canet, em São José dos Pinhais. Edson Mosko, professor de Filosofia contratado temporariamente em um Processo Seletivo Simplificado, viveu na pele essa experiência. Ele diz ter sido convencido a aderir à iniciativa com promessas jamais cumpridas. "Antes, eu trabalhava em cinco colégios. Prometeram que, neste novo modelo, iria lecionar em apenas uma escola e com salário melhor", relata. Entusiasmado, chegou a fazer campanha a favor do projeto junto à comunidade escolar, mas não tardou a perceber o engodo. Empresas que vieram de outros estados trouxeram seus professores. Houve, ainda, a contratação de tutores para atuar em sala de aula. "Pagavam bem menos ao monitor, em torno de 1,3 mil reais, para economizar na contratação de professores. E, pasme, muitos desses monitores eram estudantes, talvez a maioria. Seriam estagiários, mas atuavam como professores. Não houve qualquer avanço pedagógico com o programa."

Esta não é, porém, a denúncia mais grave. Segundo ele, a empresa contratante pressionava os professores a alterar as notas dos alunos, sempre para melhor, e abonar as faltas. Quem não concordava ficava "malvisto". O objetivo era inflar os indicadores de desempenho da escola. "No fim do ano, houve demissão em massa. Dispensaram principalmente aqueles que não concordavam em manipular as notas e as faltas. Aconteceu comigo e com vários outros professores. Em 20 de dezembro, faltando poucos dias para o Natal, fomos todos demitidos."

Ameaçada por um pedido de prisão apresentado pela Procuradoria-Geral do Estado, sob a alegação de descumprimento de ordem judicial pelo fim da greve, a presidente do sindicato dos professores, Walkiria Mazeto, diz que a mobilização foi necessária para denunciar os riscos da proposta. Ao cabo, a categoria decidiu encerrar a paralisação na quarta-feira 5, sem deter o projeto. Ainda assim, Mazeto acredita que o movimento cumpriu seu objetivo. "A sociedade precisava entender a gravidade do que foi aprovado." •

Protagonismo climático

ENTREVISTA Na liderança da transição energética, os estados nordestinos terão papel de destaque na nova economia brasileira, aposta Fátima Bezerra

À frente do Consórcio Nordeste desde janeiro, a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, aposta nas obras do PAC e na transição energética como elementos de desenvolvimento dos nove estados da região. Em entrevista concedida à repórter **Fabíola Mendonça**, a petista fala da atuação do Consórcio neste primeiro semestre e da expectativa de criação do Fundo Caatinga, nos mesmos moldes do Fundo Amazônia, para captar recursos e investir no semiárido. A governadora também fala sobre a importância do turismo na região e avalia a performance do governo Lula até aqui. A íntegra, em vídeo, está disponível no canal de *CartaCapital* no Youtube.

Prioridades para o Nordeste

Ao longo deste semestre, elencamos algumas prioridades e a primeira delas foi dar um foco no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Temos mais de 700 bilhões de reais para investir nos nove estados nordestinos. Parte desses recursos é oriunda do Orçamento da União e a outra parte virá das parcerias público-privadas. Queremos priorizar a questão da infraestrutura e da segurança hídrica. Até 2026, vamos concluir 100% da transposição das águas do São Francisco. Isso não é pouca coisa para uma região com a condição geográfica e climática como o Nordeste, vulnerável à ação da estiagem, da seca. Tem também a questão da logística, da infraestrutura rodoviária, com a duplicação das nossas BRs. Além disso, o Brasil está entre os países com maior potencial de produção de energia renovável do mundo e o protagonismo é do Nordeste. O Rio Grande do Norte está há uma década na liderança da produção nacional de energia eólica. Em maio, realizamos a segunda missão internacional do Consórcio Nordeste. Passamos pela Holanda, Bélgica e Alemanha, e tivemos a oportunidade de dialogar com as principais autoridades do Poder Público e com grandes investidores privados. Em Roterdã, participamos do maior evento global da indústria do hidrogênio verde.

> "De 937 parques eólicos existentes no Brasil, 827 estão no Nordeste", observa a governadora do Rio Grande do Norte

Na Bélgica, fomos recebidos por autoridades da União Europeia. Na Alemanha, participamos de um fórum organizado pela Câmara de Indústria e Comércio do país. O Nordeste estava ali apresentando as suas potencialidades, buscando parcerias, investimentos.

Transição energética

A agenda da descarbonização do planeta não tem mais volta. De 937 parques eólicos existentes hoje no Brasil, 827 estão no Nordeste, dos quais 295 instalados no Rio Grande do Norte. Temos um po-

WILSON DIAS/ABR E PEDRO VITORINO/NEOENERGIA

tencial de 37 gigawatts. Levando em consideração o que já está contratado, devemos chegar nos próximos anos a mais de 300 gigawatts. Estamos nos preparando para uma nova fronteira, as eólicas *offshore*, com a geração de energia no mar combinada à produção de hidrogênio verde e seus derivados. Mas não queremos que esse ativo se resuma a exportar *commodities* ou a vender energia para fora. No Rio Grande do Norte, temos um projeto em curso, o Porto Indústria Verde, o primeiro originalmente construído para a geração *offshore*, com hidrogênio verde.

Desenvolvimento. O Novo PAC prevê investimentos públicos e privados de 700 bilhões de reais na região, celebra

Fundo Caatinga

Desde o ano passado, intensificamos a discussão sobre o Fundo Caatinga e este ano conseguimos o aval do Ministério do Meio Ambiente. Contamos com o apoio do BNDES, que estruturou o Fundo Amazônia e coordena a captação e aplicação dos recursos financeiros. É com base nesse modelo que estamos organizando o financiamento da Caatinga. Esperamos, em julho, que o presidente Lula publique o decreto formalizando a criação do fundo. Sem desconsiderar os outros biomas igualmente importantes, como a Mata Atlântica, o Cerrado e o Pampa, é importante dizer que a Caatinga tem pressa, já foi muito maltratada, invisibilizada e desqualificada. Durante muito tempo, foi apenas sinônimo de seca e fome, mas tem uma propriedade única de resiliência climática, um potencial genético de biodiversidade imenso. Precisamos de recursos para preservar a Caatinga e combater o desmatamento. Eu não tenho nenhuma dúvida de que esse é um dos mais belos legados que estamos construindo para as gerações presentes e futuras. Estamos falando de um bioma que é exclusivamente brasileiro e é o único com perfil semiárido no mundo. Na agenda internacional, já abrimos esse diálogo com a União Europeia.

Privatização das praias

É um desserviço para o Nordeste e para o Brasil. Não podemos afrouxar a legislação ambiental. Privatizar as praias não faz bem nem ao turismo, que gera muitos empregos na região. Temos mais de 3 mil quilômetros de costa, os destinos mais bonitos do Brasil e do mundo. Estamos com muita sinergia com a Embratur e com o Ministério do Turismo, dando foco na promoção dos nossos destinos turísticos, na divulgação, cuidando da infraestrutura e da logística, olhando, inclusive, para um turismo diversificado, para além das praias. O Nordeste tem o turismo cultural, histórico, de aventura e religioso. Precisamos apostar na interiorização.

Governo Lula

A eleição do presidente Lula foi um marco para o Brasil, por interromper aquele ciclo acelerado de destruição da democracia, que poderia mergulhar o País no obscurantismo de um regime ditatorial. No primeiro ano de governo, o presidente Lula dedicou-se a reconstruir o País, mas a polarização permanece. Isso tem feito muito mal à democracia e ao Brasil. O governo tem enfrentado dificuldades no apoio congressual, até porque não existe mais aquele modelo de presidencialismo de coalizão. O Congresso, de repente, avançou muito nas suas prerrogativas, no uso desenfreado das emendas parlamentares. Temos um governo de esquerda, progressista e um Congresso conservador. Alguns grupos lá dentro não têm nem perfil conservador, é obscurantista mesmo. Por isso há choques e disputas permanentes. Mas Lula é o Lula. Pela experiência, pela trajetória que tem, não tenho dúvida de que fará o Brasil avançar. O crescimento econômico continua, a inflação está controlada, o desemprego vem caindo e o emprego crescendo, e o Brasil chega na posição de oitava economia do mundo. •

INÊS 249

Boiadeiros em fúria

CONGRESSO Mesmo após o melancólico fim da CPI do MST, avançam os projetos para criminalizar os movimentos sociais

POR MARIANA SERAFINI

Em meio às sucessivas derrotas legislativas do governo Lula, uma, em particular, demonstra a força dos setores mais retrógrados do Congresso. No fim de maio, a oposição conseguiu derrubar 28 vetos do presidente na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024. Nos trechos mantidos pelos parlamentares, destacam-se iniciativas que ameaçam os movimentos sociais e os direitos da população LGBTQIA+ e das mulheres. Sob o pretexto de defender o direito à propriedade e os valores da família cristã, o deputado Eduardo Bolsonaro propôs, e seus colegas aprovaram, a criação de dispositivos que proíbem a União de realizar despesas destinadas à "invasão ou ocupação de propriedades rurais privadas", "cirurgias em crianças e adolescentes para mudança de sexo" e "realização de aborto, exceto nos casos autorizados em lei". O coro dos bolsonaristas, exultantes com a "conquista", ecoou pelo Parlamento: "Lula ladrão, seu lugar é na prisão".

Boa parte dos jabutis reacionários incluídos na LDO não têm aplicabilidade prática. "São uns ineptos", observa o advogado Paulo Iotti, doutor em Direito Constitucional e autor da ação que resultou no reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da homotransfobia como crime de racismo. No trecho sobre "cirurgias de mudança de sexo em crianças", por exemplo, o Conselho Federal de Medicina já regulamentou o tema e reconhece a existência de crianças transexuais. Estabelece, porém, que qualquer tipo de cirurgia de redesignação de gênero só pode ser realizada após a maioridade. Presidente do Grupo Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero, Iotti acredita que o intuito da turma é fazer uma "guerra cultural e promover o ódio" contra determinadas tendências. "Se a ideia é proibir escolas de garantir igualdade e direitos às crianças e adolescentes que se entendem como LGBTs, impedir que seja enfrentado o *bullying* homofóbico, transfóbico e machista, não há dúvida de que isso é inconstitucional."

A avaliação é compartilhada pelo ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida. "Essa questão já tem um encontro marcado com o STF, porque políticas de promoção de direitos estão previstas na Constituição." Já Symy Larrat, secretária nacional de Defesa dos Direitos LGBTQIA+, reconhece que o discurso de ódio, "crescente no Legislativo", dificulta ações do Executivo, mas "não pode servir para engessar as políticas públicas".

Em 2023, foram registrados 2.203 conflitos no campo, recorde histórico

Se parte das iniciativas parece servir apenas ao propósito de atiçar a militância bolsonarista, outras se inserem em um contexto de crescente criminalização dos movimentos sociais, a despeito da chegada de Lula à Presidência, avalia Ceres Hadich, da coordenação nacional do MST. "Não à toa, uma das primeiras iniciativas dos setores reacionários do Congresso foi a instalação de uma CPI contra os movimentos de luta por reforma agrária", recorda. Atualmente, há pelo menos 20 projetos em tramitação na Câmara e no Senado para proibir ou dificultar as mobilizações dos sem-terra.

Ex-ministro de Bolsonaro, o deputado Ricardo Salles não conseguiu aprovar seu relatório na comissão, de maioria governista. Apesar da derrota circunstancial, parcela significativa das recomendações do parecer de Salles ganhou forma em outros projetos em tramitação no Congresso, como a proposta de enquadrar a "invasão de terras" como crime de terrorismo ou a ideia de impedir a concessão de títulos da reforma agrária a "invasores". Aprovado há poucos dias na Câmara dos Deputados, o PL 709/2023 vai além, proíbe a concessão de qualquer benefício do governo federal, como o Bolsa Família. O texto foi aprovado a toque de caixa na Comissão de Constituição e Justiça, presidida pela deputada bolsonarista Caroline De Toni, avançou no plenário da Casa Legislativa e agora segue para o Senado.

"A CCJ da Câmara tem servido para acelerar vários projetos da bancada ru-

ralista. Sabemos que muitas dessas propostas são inconstitucionais, mas a estratégia é justamente essa: causar desgaste ao governo e ao próprio STF", acredita Hadich. O discurso de intolerância por vezes dá margem para ações violentas fora do Parlamento, denuncia a dirigente. De acordo com o último relatório da Pastoral da Terra, divulgado em abril deste ano, a violência no campo, em 2023, registrou recorde de conflitos com 2.203 incidentes, o maior número registrado desde o início da série em 1986. Estima-se que 930 milhões de trabalhadores rurais foram prejudicados por disputas de terra. "Estamos sentindo com mais intensidade o aumento dos ataques armados contra os nossos patrimônios e territórios."

ARQUIVO/MST-ALAGOAS E BRUNO SPADA/AG. CÂMARA

Retrocesso. Uma das propostas proíbe benefícios sociais a "invasores de terra". Os interesses do "agrobanditismo" prevalecem, lamenta Sousa Jr., da UnB

Criada na esteira da CPI do MST, a Frente Parlamentar Invasão Zero parece replicar o modelo da União Democrática Ruralista, que possuía um braço político, mas também uma milícia rural, bastante ativa nos anos 1980, para reprimir qualquer mobilização dos sem-terra, denuncia Hadich. "A diferença é que, agora, eles levaram essa disputa mais para o campo institucional". Já Rud Rafael, da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, o MTST, avalia que a atuação desse grupo também ameaça a demarcação fundiária urbana. "Acende um alerta para o nível de criminalização ao qual estão tentando submeter quem luta por justiça social neste país."

Professor da Faculdade de Direito da UnB, José Geraldo Sousa Jr. observa que a atuação das bancadas conservadoras tem duas faces. "Uma delas é bruta, na linha do coronelismo, herança da nossa sociedade colonial. Serve para armar o braço miliciano que promove a violência no campo e na cidade." Esse lado, diz Sousa Jr., se fortaleceu com a política de flexibilização do acesso a armas de fogo na gestão de Jair Bolsonaro. "Tanto que hoje vários clubes de tiro estão nas imediações de territórios indígenas e diariamente vemos notícias de líderes ambientais e ativistas mortos."

Já a outra face, acrescenta o professor, "tem um verniz polido, institucional, mas defende uma agenda de assalto aos recursos públicos e concentração de riqueza". E isso passa pela criminalização dos movimentos sociais e de qualquer um que tente se opor a esse projeto. "Perceba que, após o melancólico fracasso da CPI do MST, as principais lideranças daquele grupo foram realocadas em outras comissões e, a cada votação, a cada debate, eles avançam com projetos em favor dos interesses do agrobanditismo." •

INÊS 249

O desmate do bioma cresceu 67,7% no ano passado

A galinha dos ovos de ouro

ANÁLISE A destruição do Cerrado coloca em perigo a própria produção de soja, raiz do desmatamento

POR CARLOS BOCUHY*

O Cerrado registrou no ano passado um desmatamento de 11.103,26 quilômetros quadrados, aumento de 67,7% com relação a 2022. A área desmatada equivale a dez cidades do Rio de Janeiro. Pela primeira vez, desde o início da série histórica, em 2019, o bioma ultrapassou a Amazônia em termos de área desmatada. Esse quadro preocupante não tem relação com a dificuldade de proteção do Cerrado. Até mesmo no centro do poder, o Distrito Federal, o aumento do desmatamento foi de 612%.

Mesmo com esse enorme prejuízo às florestas, o governo federal comemorou a expansão do PIB, gerada principalmente pela exploração extensiva e ilegal do Cerrado, em sua vertente do Matopiba. Isso nos faz refletir sobre a ineficácia do PIB como indicador de riqueza nacional. Quando a degradação ambiental não é contabilizada como perda de capital natural, não se leva em conta a riqueza ecossistêmica que confere sustentabilidade aos territórios e representa garantia para a atual e a futura produção de alimentos.

Ao contrário da máxima "a ganância é boa", na exploração do meio ambiente a "ganância é péssima". A destruição do Cerrado faz lembrar a fábula da galinha dos ovos de ouro. O fazendeiro ambicioso, não contente com a produção natural de um ovo por dia, supondo que havia uma grande quantidade de ouro dentro da galinha, sacrifica o animal – e se arrepende amargamente.

No Matopiba, a extração da água para irrigação é feita em poços de profundidade, em maior quantidade do que a sua capacidade de recarga. A atividade ameaça de blecaute hídrico mais de 300 cidades da região. As alterações do clima apresentam aquecimento cada vez mais intenso. O microclima local, alterado por desmatamentos, acelera os processos de

desertificação, o que torna a região cada vez mais seca e com menores condições para a produção agrícola.

A maior riqueza natural do Cerrado encontra-se no solo, nas profundas e extensas raízes que permitem às suas árvores sobreviver às secas e reter carbono. A vegetação natural é considerada uma "floresta de cabeça para baixo", com característica de gigantesco sumidouro de carbono, mantendo enterrados no solo cerca de cinco vezes mais CO_2 do que acima da superfície.

Ao conferirmos os dados da riqueza natural dessa savana brasileira, com imensa extensão de campos com árvores isoladas, bosques esparsos, campos e riachos, vamos encontrar biodiversidade surpreendente, com mais de 11 mil espécies de plantas, 860 espécies de aves e abundante fauna.

A destruição dessa região pela agricultura ambiciosa tem como uma das principais causas a produção de soja para exportação. Essa *commodity* é maciçamente destinada ao suprimento de ração animal na China. Entre 2019 e 2023, as exportações de soja brasileira para os chineses quase dobraram, de 20,5 bilhões para 39,8 bilhões de dólares. No ano passado, a China foi responsável por consumir nada menos que 73% do total da soja exportada pelo Brasil.

O jornalista André Borges realizou pesquisas e colheu depoimentos para delinear cenários futuros, mapeando as tendências político-ambientais da China. Entre os levantamentos, percebe-se que o país começa a demonstrar preocupação com sua forte dependência de compra da soja brasileira, que estrategicamente supre a cadeia alimentar de boa parte de seu 1,4 bilhão de habitantes. O diretor do Centro Internacional para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da China, Kevin Chen, afirmou: "Sabemos que as mudanças climáticas já levaram a uma redução na produção de soja no Brasil e, também, a uma diminuição nas exportações". Ele complementa: "É preciso acabar com o desmatamento no Brasil, devido à expansão da produção de soja e carne bovina. Esperamos que isso ocorra, sem prejudicar a produção e os meios de subsistência".

João Cumarú, mestrando em Política e Diplomacia Chinesa na Escola de Relações Internacionais e Assuntos Políticos da Fudan University, afirma que há avanços internos efetivos: "A questão ambiental é um tema mais recente da agenda pública da China, algo de 10 a 15 anos para cá, mas veja que isso passou a fazer parte do novo esforço do desenvolvimento pragmático. Depois de um intenso processo de industrialização e urbanização, a prioridade do presidente Xi Jinping passou a ser alcançar aquilo que tem sido chamado de construção de uma civilização ecológica".

Outra vertente tem sido observada por fontes comerciais chinesas e pesquisadores da área ambiental: a regulamentação local, ainda embrionária, aponta para a restrição de compra de produtos de áreas desmatadas, como faz a União Europeia. Espera-se que essa restrição venha a prosperar rapidamente na China, considerando a capacidade daquele país em implementar transformações e políticas públicas, uma vez definidas pelo governo.

Para o Brasil, seria extremamente benéfico que a China reconsiderasse os malefícios dos agrotóxicos que exporta, às toneladas, para o Brasil. A construção da pretendida civilização ecológica certamente vai obrigar o expurgo dos produtos químicos banidos pela ciência médica em países que possuem maior preocupação ambiental, assim como a eliminação da queima volumosa de carvão e combustíveis fósseis.

Os chineses, maiores compradores da *commodity*, estão mais sensíveis às questões ambientais

Leonardo Gava, gerente-sênior de transição agrícola da Climate Bonds Initiative, do Reino Unido, afirma: "A China está migrando do papel de um comprador, que coloca mais pressão sobre o desmatamento, para um comprador que pode facilitar a existência de cadeias de valor livres de desmatamento". Mais: "É um processo lento, mas em andamento. Essa pressão pela demanda chinesa, que empurrou a expansão da soja, do milho e outras culturas do Brasil, gerando muito desmatamento, está passando por um ponto de inflexão".

Para os adeptos em sacrificar as galinhas dos ovos de ouro, o lucro que interessa é o imediato. Infelizmente, isso tem sido facilitado no Brasil, com a falta de implementação da legislação protetiva e em se manter a eficiência dos quadros de fiscalização, que continuam à míngua e em paralisação parcial, conforme relata o artigo "Abandono da Amazônia e dos fiscais ambientais". Diz o texto: "Abandonar à própria sorte os fiscais do desmatamento é desproteger a natureza. Fazer contas rasas e defasadas sobre degradação ambiental é apenas *greenwashing*, muito ruim para o Brasil, ineficaz para conter as mudanças climáticas, péssimo para a sobrevivência da Floresta Amazônica e mortal para a sua biodiversidade".

Será preciso restabelecer a ordem e a lei no Cerrado. Não se pode relegar ao futuro a tarefa de resolver as dificuldades geradas por esta geração, enquanto o capital predador simplesmente migra para outras paragens em busca de facilidades para exterminar novas galinhas dos ovos de ouro. •

**O autor é presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam).*

PEDRO VENTURA/AGÊNCIA BRASÍLIA

INÊS 249

A revolta esquecida

MEMÓRIA O movimento paulista de 1924 nunca teve o merecido espaço na historiografia nacional

POR MARIO MAURICI DE LIMA MORAIS*

No mês de julho, a Revolta Paulista de 1924, também chamada de "Revolta Esquecida", completa 100 anos. Apesar de sua importância histórica e de ter marcado os rumos da política brasileira nos anos que se seguiram, o confronto entre as forças rebeldes de São Paulo e o exército nacional do presidente Artur Bernardes nunca teve o merecido espaço na historiografia do País.

A revolta das forças paulistas contra o governo do então presidente Artur Bernardes foi um dos maiores conflitos urbanos na América Latina. A capital do estado sofreu intensos bombardeios aéreos e terrestres, com um saldo de mais de 500 mortos entre militares e civis. Regiões como a Estação da Luz e o bairro da Mooca foram devastadas pelas bombas lançadas pelos aviões das forças legalistas fiéis a Bernardes.

Foram combates extremamente intensos. Pela primeira vez no País as armas utilizadas eram aquelas desenvolvidas na Primeira Guerra Mundial na Europa, com a tecnologia surgida e desenvolvida a partir das primeira e segunda revoluções industriais, muito mais letais que os armamentos empregados até então. Aviões, canhoneiras, metralhadoras e até um trem blindado fizeram parte dos arsenais, de ambos os lados, utilizados nos confrontos.

Foi também um episódio crucial para a formação da Coluna Prestes – ou, mais adequadamente chamada de Coluna Miguel Costa-Prestes, uma vez que resultou da união das forças paulistas lideradas por Miguel Costa com as do Sul, de Luiz Carlos Prestes.

Uma das primeiras manifestações da República contra o governo das oligarquias que regiam o País foi um movimento crítico aos privilégios destinados à elite agrária, às fraudes eleitorais e à corrupção na administração federal. Tinha ainda por objetivo a valorização e a reestruturação do Exército brasileiro. Por que então a Revolta Paulista de 1924 é tão pouco conhecida não só pelos próprios paulistas, mas também pelos brasileiros em geral? É possível especular que tal ausência de memória sobre acontecimento tão importante esteja na tradição conservadora da historiografia "oficial" em privilegiar a perspectiva dos vencedores. Os paulistas, assim como seus aliados de outras regiões, foram vencidos em sua intenção de derrubar Bernardes do poder.

> A sublevação contra o governo Artur Bernardes foi crucial para a formação da Coluna Costa-Prestes

Esta pode ser uma das hipóteses pelo "apagamento" da Revolta Paulista de 1924, mas não a única. Outra possibilidade de interpretação está no viés contestatório da rebelião ao poder estabelecido de então. Não é novidade que movimentos revolucionários protagonizados pelos "de baixo" na estrutura de classes da sociedade brasileira sejam postos em segundo plano, quando não "reinterpretados" conforme os interesses dos donos do poder. Revoltas como a de Canudos, a da Chibata, a Balaiada, o Contestado, a da Vacina e a de Palmares ainda aguardam por um lugar de maior destaque na história. Todos esses eventos, sem exceção, foram enfrentamentos à estrutura dominante de poder estabelecida, cada qual em sua época e com suas particularidades.

De qualquer forma, é imperioso que a Revolta Paulista de 1924 seja mais conhecida dos brasileiros, dados seus objetivos e suas características. Entre as idas e vindas dos confrontos, tomadas de posições e recuos de ambos os lados, a revolta contra a oligarquia política da época tem em seus anais dados bastante interessantes. Eventos tais como os batalhões formados por voluntários estrangeiros, recrutados entre as comunidades de imigrantes, principalmente alemães, húngaros e italianos. Ou a necessidade de arregimentar soldados, o que levou as forças rebeldes a oferecer pagamento adiantado e terras para aqueles dispostos a ir para os *fronts*.

Tanto os rebeldes quanto os legalistas contaram com instruções e treinamento da experiência francesa adquirida na Primeira Guerra Mundial. A Missão Militar Francesa, resultado de um contrato, em 1919, entre Brasil e França para modernizar as Forças Armadas da-

INÊS 249

O velho e o novo. Os revoltosos não conseguiram derrubar Bernardes. A mudança viria seis anos depois, com o Tenentismo

ACERVO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, CPDOC/FGV E GUSTAVO PRUGNER/ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

qui, treinou militares de várias partes do País. Inclusive a rebelada Força Pública do estado de São Paulo.

Os bombardeios aéreos e também os ataques feitos pelos canhões dos legalistas levaram quase metade da população da cidade de São Paulo a buscar refúgio no interior. A revolta teve uma baixa participação popular, porque não havia interesse por parte do comando rebelde na presença de civis nas áreas de confrontos. Quando os paulistas deixaram a cidade numa estratégica retirada noturna, a armada legalista encontrou na manhã seguinte um território vazio, apenas com bonecos de palha vestidos com os uniformes nas trincheiras revolucionárias.

Entre as curiosidades da revolta estão a fabricação de unidades blindadas de guerra, feitas de maneira improvisada. Nas oficinas ferroviárias de São Paulo, com o apoio de estrangeiros, dois chassis de caminhões foram convertidos em carros blindados. Detalhe: nenhum foi utilizado, uma vez que ficaram pesados demais para se locomover adequadamente nas zonas de conflito. Um trem ganhou placas de blindagem, usado num ataque aos legalistas na estação de Vila Matilde. O recurso do veículo para combate impressionou e surpreendeu os legalistas, que haviam chegado há pouco do Rio de Janeiro.

A revolta dos paulistas chegou a ocupar São Paulo por três semanas, obrigando o governador Carlos de Campos a deixar a sede do governo, no centro da capital. Mas, vencido pelos legalistas, o confronto teve por saldo 505 mortos, 5 mil feridos e 10 mil presos.

Apesar do insucesso, a revolta foi um acontecimento fundamental na estruturação da Coluna Costa-Prestes, que chegou a contar com 6 mil integrantes e percorreu 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil até 1927. E nunca, de fato, foi derrotada.

Por conta da celebração desse fato histórico e em mais um esforço de recuperação da memória do País, foi programada para 7 de junho uma Sessão Solene dos 100 anos da Revolta Paulista de 1924 na Assembleia Legislativa de São Paulo. •

**Deputado estadual em São Paulo pelo PT.*

INÊS 249

De olho no retrovisor

POLÍTICA INDUSTRIAL Hegemônica, a visão liberal-financista é ultrapassada e sabota o futuro do País, alerta Rafael Lucchesi

O setor rural paga pouco imposto e representa fatia pequena do PIB, mas tem força no Congresso e recebe muito subsídio anual. Os bancos e o "mercado" controlam um caminhão de dinheiro e o debate na mídia. E a indústria, locomotiva do Brasil no passado e da China no presente? Representante do setor, a CNI acaba de lançar uma espécie de manifesto a favor de políticas industriais, tema da moda no mundo, conforme o FMI. Bandeira difícil de tremular, dada a hegemonia da visão liberal-financista. Superar um modelo que levou o País ao "fracasso" é uma necessidade, segundo Rafael Lucchesi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI e presidente do conselho de administração do BNDES. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao repórter **André Barrocal**. A íntegra, em vídeo, está disponível no canal de *CartaCapital* no YouTube.

Por que política industrial

O Brasil está no momento de fazer escolhas de futuro. Temos três mudanças acontecendo no mundo. A primeira é a ascensão de um novo paradigma técnico-econômico: a economia digital. A segunda são os extremos climáticos, a transição ecológica, a transição energética. Após 200 anos de Revolução Industrial, pagamos a conta das interferências humanas no meio ambiente. A terceira é na geopolítica. A ascensão da China criou enorme pressão sobre os EUA. A Guerra da Ucrânia e o que acontece na Faixa de Gaza, que não dá para dizer que é uma guerra, pois só tem um exército atuando sobre uma população civil, mostram uma situação dramática e um desacoplamento do Ocidente com relação ao Oriente, especialmente dos EUA em relação à China. Contabilizamos em torno de 12 trilhões de dólares em políticas industriais explícitas no mundo.

Onda protecionista

O Ocidente percebeu que precisava reagir ao *offshore*, a lógica liberal que fez da China a grande manufatura. Quando Deng Xiaoping visitou Jimmy Carter nos EUA, em 1979, o PIB da China era 1% do PIB dos EUA. Em 2000, era 12% e, hoje, é 70%. Os EUA se sentem ameaçados em sua liderança geopolítica. Fazem ajustes rápidos e sem coloração ideológica, é pragmatismo. Os atos são bipartidários. Começam com Obama, seguem com Trump e se aprofundam com Biden, mais de 2,5 trilhões de dólares em reindustrialização. A União Europeia não fica atrás, mobiliza recursos com o Green Deal. Japão, Coreia do Sul e, obviamente, a China participam também. Há uma agenda clara de política industrial no mundo. Os emergentes ficam em situação difícil, sobretudo se olharem pelo retrovisor.

> "A China está onde está porque não adotou o Consenso de Washington", avalia diretor da CNI

Consenso de Washington

Dos anos 1930 até o fim dos 1970, o Brasil foi o país que mais cresceu. Como? Substituição de importação, impulsionada pela industrialização. É desonestidade intelectual dizer que política industrial significa ideias velhas que não funcionam. A indústria brasileira, em 1980, era maior que a chinesa e a sul-coreana somadas. E o que aconteceu a partir dali? Com o *default* da dívida externa, entramos nos programas do FMI, muito conservadores. Vem o período de hiperinflação até o Plano Real, quando aderimos ao Consenso de Washington, modelo de ajuste para economias latino-americanas e do Leste Europeu. Liberalização, financeirização, privatização. O Brasil foi o que mais perdeu complexidade produtiva. O desemprego cresceu, as taxas de crescimento foram muito baixas, tivemos desindustrialização precoce e massiva, sobretudo a partir de 2014. Esse modelo não deu certo em nenhum lugar. A China está onde está exatamente porque não adotou o Consenso.

INÊS 249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 38
Artigo. Temos o dever de preservar o planeta ou a riqueza dos bilionários?

Mídia e "mercado"
Há grupos de interesse que hoje lideram e dominam a agenda de política pública. Quando foi lançado o programa Nova Indústria Brasil, saíram editoriais nos principais veículos falando sobre o custo fiscal, o risco fiscal, com informações absolutamente incorretas. Os EUA têm uma dívida pública maior, do ponto de vista da relação com o PIB, assim como qualquer europeu e o Japão, onde se aproxima de 300%. Não é razoável que a dívida pública brasileira, de 70%, 80% do PIB, seja uma ameaça tão grande. E o grande debate em todos os noticiários fala de problema fiscal, de reduzir o gasto previdenciário ou o tamanho do Estado. Ninguém fala que o Brasil gasta muito pagando os juros da dívida para que, assim, super-ricos paguem pouco imposto e ajudem menos o País a se desenvolver. O Congresso, a sociedade e os meios de comunicação precisam fazer um debate atualizado.

Juros e concentração bancária
A Selic está em 10,5% e a taxa de juros de equilíbrio do próprio Banco Central é de 4,5%. Essa diferença entre uma e outra é o quanto você tem de taxa restritiva. Vai ter menos emprego, menos renda, menos desenvolvimento. Há uma vontade permanente, e dos veículos de comunicação que noticiam muito o interesse desse grupo organizado, de criar instabilidade. Há um controle dessa narrativa por aquelas pessoas que se beneficiam, que são os super-ricos e os bancos. Por que temos um *spread* bancário de 27% e no Peru é de 7%? A concentração bancária é uma grande explicação. Os bancos brasileiros são os mais lucrativos do mundo e são "desfuncionais". As empresas e as famílias empobrecem para termos bancos extremamente lucrativos. Precisamos resolver esse problema.

Taxar compras até 50 dólares
Em 2009, o volume de remessas postais era de 9 milhões de volumes. Para este ano, a previsão é de 230 milhões. A origem disso é a legislação sobre remessa postal, de pessoa para pessoa, normalmente familiares que estão no estrangeiro mandando mercadorias para brasileiros. Criou-se uma fraude a partir disso, que não foi coibida pela Receita Federal. Essa fraude é um crime. O Brasil naturalizou uma fraude e um crime como se fosse um direito. E note bem: quem consome mais esses produtos (vendidos por *sites* através de remessa postal) são pessoas que ganham mais de cinco salários mínimos. E os mais impactados? Como essas atividades econômicas, de vestuário, de calçados, são indústrias intensivas em mão de obra, a maior parte dos trabalhadores dessas indústrias ganha de um a dois salários mínimos. Essas empresas estão sendo destruídas por uma injustiça tributária. Há uma discussão muito rebaixada comandada por redes sociais e *fake news*. •

"Por que temos um *spread* bancário de 27% e no Peru é de apenas 7%?"

GILBERTO SOUSA/CNI

INÊS 249

O óbvio ululante

ARTIGO Temos o dever de preservar o planeta ou a riqueza dos bilionários?

POR VIVIANA SANTIAGO*

A discussão sobre a tributação de grandes fortunas é cada vez mais urgente, diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Estudos mostram o quanto os países deixam de arrecadar ao preservar seus bilionários do pagamento de impostos justos. Essa informação foi confirmada no último encontro da Trilha Financeira do G-20, em Brasília, quando o Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP revelou que uma cobrança de 2% sobre a riqueza de 0,2% dos brasileiros mais ricos poderia gerar uma receita anual de 41,9 bilhões de reais.

Quando os noticiários nos mostram as consequências das inundações no Rio Grande do Sul, não podemos deixar de pensar no quanto esse orçamento seria útil agora para a reconstrução do estado. Mas ele não existe. Para efeito de comparação, os 41,9 bilhões de reais não taxados seriam suficientes para aumentar em mais de dez vezes o orçamento de 2023 do Ministério do Meio Ambiente, que foi de apenas 4,3 bilhões.

Mais uma vez, é importante explicar quem são os super-ricos aos quais nos referimos. Todas as vezes que falamos em aumento de tributação, uma parcela da classe média insiste em acreditar que estamos nos referindo a ela. Calma. Não é sobre vocês ou suas famílias, e sim sobre um reduzido número de brasileiros, 267.460 no total, que possuem um patrimônio declarado superior a 13 milhões de reais e uma renda média mensal de 218 mil. São estes os 0,2% mais ricos mencionados no estudo da USP.

A maior parte da riqueza dos super-ricos é composta de ativos financeiros, como ações de empresas listadas na Bolsa de Valores e fundos de investimentos, que atualmente não são tributados de maneira justa. Enquanto a classe média paga alíquotas progressivas que podem chegar a 27,5% sobre os salários, esses 0,2% mais ricos pagam apenas 0,8% de sua riqueza em Imposto de Renda, devido a meios legais de isenção, como a não tributação sobre os dividendos pagos pelas empresas onde eles são acionistas. Isso cria uma desigualdade fiscal gritante, pois aqueles com maiores recursos contribuem menos, proporcionalmente, do que os milhões de brasileiros e brasileiras que realizam um trabalho assalariado.

Para além do Brasil, há pesquisas no exterior sobre a implementação de um imposto global sobre grandes fortunas. O economista francês Gabriel Zucman, professor da Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos EUA, argumenta que o ideal seria a criação de um acordo internacional entre os países, a fim de evitar a evasão fiscal por meio da movimentação de riquezas entre eles. Essa não é uma ideia utópica. Em 2021, 140 países concordaram em fazer uma taxação mínima sobre empresas multinacionais, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

> **O Brasil carece de recursos para lidar com as emergências climáticas e, ainda assim, reluta em taxar os super-ricos**

Por aqui ou pelo mundo afora, é igualmente inadmissível que os abastados contribuam muito mais para a poluição do planeta, enquanto os pobres sofrem os impactos do aquecimento global. Um estudo da Oxfam revelou que o 1% mais rico do mundo é responsável por 16% das emissões globais de dióxido de carbono,

A população pobre, negra e periférica é a que mais sofre

GUSTAVO MANSUR/GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

o mesmo volume gerado por 5 bilhões de habitantes (dois terços da humanidade). Mas não é esse grupo que enfrenta as consequências mais desastrosas dos eventos climáticos extremos.

O financiamento de políticas de mitigação das mudanças climáticas depende dessa fonte de recursos. Um imposto global de 2% sobre a fortuna de bilionários no mundo arrecadaria ao menos 250 bilhões de dólares ao ano. Tal medida afetaria a renda de menos de 3 mil magnatas, mas teria um impacto significativo na redução das desigualdades e na proteção de centenas de milhões de seres humanos ameaçados pelos desastres climáticos.

A lógica é muito simples. Os super-ricos, ao passarem a fazer contribuições fiscais proporcionais às suas riquezas, podem ajudar a financiar a transição para uma economia mais verde e justa. Quem mais deveria pagar a conta das cidades devastadas pelas tragédias climáticas? No Brasil, as pessoas mais afetadas pelas chuvas intensas, alagamentos, secas e ciclones são pobres, predominantemente pretas e pardas. Ora, a justiça climática também precisa considerar o racismo ambiental brasileiro. E precisamos atuar para que a violência racista não continue sendo reproduzida.

Qualquer pesquisa que traçar o perfil de renda, gênero e raça das vítimas de enchentes em todo o País, que passam temporadas acampadas em abrigos públicos, pois suas casas estão em locais de risco, mostraria isso facilmente. São as mulheres, negras em sua maioria, as mais impactadas. Os eventos climáticos não se concentram nas fragilidades naturais de um território, pois, do contrário, todos os endereços seriam afetados de forma parecida. O problema mora no longo processo de marginalização de parte da sociedade.

Vivemos, portanto, o momento de repensar a lógica que valoriza o lucro acima da vida. O próprio economista Zucman defende que países que aliviam a carga tributária de pessoas super-ricas levam à instabilidade política e à corrosão das instituições democráticas no longo prazo. Por isso, temos a necessidade urgente de garantir às populações em vulnerabilidade não só a proteção contra eventos climáticos, mas também as condições de vida dignas no campo e na cidade. Há recursos para isso.

A justiça climática faz parte da tão necessária reparação histórica no Brasil e no mundo. Enquanto os super-ricos não pagarem adequadamente os impostos, o resto da população é que vai arcar, novamente, com as consequências dos próximos desastres. •

**Diretora-executiva da Oxfam Brasil.*

O outro refém

GAZA Pressionado internamente, Biden propõe um cessar-fogo, mas é incapaz de impor a medida ao governo de Israel

POR SERGIO LIRIO

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, parece, enfim, ter percebido o óbvio. Em entrevista à revista *Time*, o democrata, pressionado em plena campanha à reeleição, afirmou, de forma comedida e sinuosa, haver "todos os motivos" para se concluir que o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, prolonga a operação militar na Faixa de Gaza para se manter no poder. Biden defendeu ainda a criação do Estado Palestino, proposta rejeitada por Tel-Aviv. "É preciso uma transição para uma solução de dois Estados", disse aos entrevistadores. "E esse é o meu maior desacordo com Bibi. Penso que há um caminho claro para uma transição em que todos os países árabes forneceriam segurança e cuidariam da reconstrução em Gaza em troca de um período mais longo, um compromisso de longo prazo por parte de Israel para uma solução de dois Estados."

Após meses de apoio incondicional ao massacre dos palestinos, seja por meio do envio de armas a Israel, seja pelo bloqueio a qualquer tentativa de pôr fim ao ataque, as palavras e as ações de Biden produzem, a esta altura, pouco ou nenhum efeito sobre Netanyahu. Desde a sexta-feira 31, quando o presidente norte-americano apresentou um plano de trégua dividido em três etapas e deu a entender que Tel-Aviv aceitava os termos, o primeiro-ministro israelense tem se esforçado para desmentir o aliado. "As alegações de que concordamos com um cessar-fogo sem o cumprimento de nossas condições são incorretas", declarou na segunda-feira 3, para constrangimento da diplomacia dos EUA. "O contexto para acabar com a guerra não mudou: a destruição do Hamas e das suas capacidades militares, a libertação de todos os reféns e a garantia de que Gaza não será uma ameaça para Israel."

Além da pressão direta, os Estados Unidos recorreram ao Conselho de Segurança das Nações Unidas em busca de apoio à proposta. Netanyahu, por sua vez, mostra-se mais sensível à opinião da ala extremista de seu gabinete do que aos apelos das famílias dos reféns em poder do Hamas e dos acenos do centro-esquerda, disposto a sustentá-lo no governo por alguns meses, caso venha a aceitar os termos anunciados por Washington. Dois influentes ministros de extrema-direita foram claros: se ceder a Biden, Bibi perderá a sustentação que tem prolongado sua permanência no comando do país. "Se o primeiro-ministro implementar o acordo imprudente nas condições publicadas, que significam o fim da guerra e a desistência da eliminação do Hamas, vamos dissolver o governo", ameaçou Itamar Ben Gvir, da Segurança Nacional. Os combates devem continuar, reforçou Bezalel Stromich, titular da pasta de Finanças, "até a destruição" dos inimigos.

O plano Biden prevê três etapas. Na primeira, um cessar-fogo de seis semanas serviria para Israel e o Hamas negociarem os pontos do fim permanente do conflito e para ampliar o fluxo da ajuda humanitária a Gaza. Na segunda, o grupo armado palestino devolveria os reféns em troca da retirada das tropas israelitas da região. Por fim, seria posto em prática um plano de reconstrução monitorado pelos países árabes. "Todos os que desejam a paz agora

Indomável. Depois de aceitar tudo, Biden perdeu a influência sobre Bibi

INÊS 249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 42
The Observer. Os apoiadores de Trump prontos para uma guerra civil

Urgência. A proposta de cessar-fogo permitiria a regularização da ajuda humanitária aos palestinos

EYAD BABA/AFP E MIRIAM ALSTER/AFP

devem levantar a voz e trabalhar para torná-la real. É hora de esta guerra acabar", conclamou Biden ao anunciar a proposta.

Neste momento, o democrata é o único a demonstrar pressa em encerrar o conflito. O aval à violência desmedida israelense pode custar-lhe a reeleição. A seis meses da disputa presidencial, as últimas pesquisas apontam vantagem de Donald Trump nos estados decisivos. A repressão aos protestos nas universidades em favor do cessar-fogo e a censura interna imposta aos críticos do massacre afastaram ainda mais o eleitorado jovem do atual presidente – sem ele, as chances de vitória se reduzem de forma dramática. Netanyahu, ao contrário, vive um momento de certa tranquilidade. A sugestão de Karim Khan,

Netanyahu recusa-se a cessar o massacre antes do "fim" do Hamas

procurador-geral do Tribunal Penal Internacional, de emissão de uma ordem de prisão contra o *premier* israelense por crimes de guerra e crime contra a humanidade, deu a Bibi a chance de se vitimizar. Parcela significativa dos israelenses interpretou o parecer de Khan como sinal de antissemitismo. Resultado: a popularidade do governo e do Likud, partido de Netanyahu, subiu pela primeira vez em oito meses. Parte da população protesta nas ruas não por estar horrorizada com a matança em Gaza, mas pela demora em trazer os reféns para casa ou por não terem a certeza de que as Forças Armadas serão capazes de cumprir a promessa de eliminar o Hamas. Muitos defendem abertamente a aniquilação dos "inimigos". São comuns os relatos na mídia como este de Yarin Sultan, de 31 anos, moradora de Sderot, na fronteira de Gaza, à BBC: "O cessar-fogo vai nos matar. Vamos libertar os nossos, mas daqui a alguns anos vocês serão os próximos reféns, os próximos a serem assassinados, as próximas mulheres a serem violadas. Tudo vai acontecer de novo".

Bibi explora esse sentimento. Na terça-feira 4, em mais uma jogada de propaganda para esvaziar a proposta norte-americana, o governo anunciou a morte de mais quatro reféns em poder do Hamas. Calcula-se que 80 dos 123 civis israelitas mantidos em território palestino estejam vivos. No mesmo dia, as tropas israelenses atacaram um campo de refugiados na área central de Gaza e deixaram um saldo de ao menos 75 mortos. Ninguém minimamente informado acredita na probabilidade de o Hamas ser aniquilado – dure o quanto durar a ocupação militar. Embora o número de palestinos mortos tenha passado da casa dos 36 mil, apenas 35% dos integrantes do grupo armado foram eliminados até agora, segundo informações dos serviços de inteligência dos EUA. Ou seja, Netanyahu tem uma boa razão, ou desculpa, para manter as coisas como estão. Não só. Uma vitória de Trump em novembro facilitaria a operação de extermínio em curso. •

Sangue nos olhos

The Observer A condenação de Donald Trump atiça a fúria de sua base eleitoral

POR RACHEL LEINGANG

As postagens são ameaçadoras. "Escolha um lado, ou VOCÊ será o próximo", escreveu o apresentador conservador Dan Bongino na plataforma Truth Social, depois das 34 condenações criminais de Donald Trump. As respostas foram ainda mais.

"Dan, falando sério", escreveu um usuário em resposta a Bongino. "Não vejo saída para toda essa confusão sem derramamento de sangue. Quando se pode fraudar uma eleição e depois usar o governo e os tribunais como armas contra um ex-presidente, qual é a alternativa? Tenho quase 70 anos e prefiro morrer a viver na tirania."

Esta é uma reação comum de muitos eleitores de direita nos Estados Unidos ao veredicto do ex-presidente. Recorrem a um "mundo do espelho" no qual Trump é um altruísta, mártir das poderosas forças estatais, e Joe Biden é o autocrata perigoso que controla o sistema judicial como um brinquedo pessoal, uma ameaça à democracia norte-americana. Apelos por vingança, retaliação e violência encheram a internet de direita assim que saiu a condenação, na sexta-feira 31, de Trump no caso da compra do silêncio da ex-atriz pornô Stormy Daniels, todos baseados na ideia de que o julgamento foi uma farsa concebida para interferir nas eleições de 2024. Alguns postaram *online* uma defesa explícita de enforcamentos, execuções e guerras civis.

Neste caso, Trump foi acusado de falsificar documentos relacionados a um pagamento feito à atriz pornô para manter em sigilo um suposto caso dos dois durante as eleições de 2016, uma forma de interferência eleitoral de um homem cuja plataforma ultimamente consiste, sobretudo, em acusar os outros de interferência eleitoral. O veredicto foi seguido por uma reação negativa dos seus seguidores, que durante anos gritaram para prender os adversários políticos de Trump, entre eles Hillary Clinton.

Na esquerda, o clima era de pura comemoração, um breve interlúdio de alegria por Trump ser finalmente responsabilizado por suas ações. Mas havia uma corrente de preocupação entre alguns liberais, que viam como esses crimes poderiam captar apoio para ele. À direita, na realidade alternativa criada por e para Trump e seus apoiadores, as condenações são um sinal tanto de desgraça quanto de dogma, a prova de que uma facção corrupta dirige o governo de Biden, mas que pode ser expulsa

> **Apoiadores do republicano defendem até uma guerra civil para "salvar" o país**

INÊS 249

Inversão de valores. Para os eleitores republicanos, Trump é perseguido pelo sistema e a democracia dos Estados Unidos está ameaçada

pelos fiéis de Trump, como eles próprios.

Os trumpistas no Congresso querem usar os cofres do governo federal para enviar uma mensagem a Biden de que o veredicto ultrapassou os limites. Segundo eles, a decisão do júri "transformou nosso sistema judicial num porrete político". Alguns senadores republicanos prometeram não cooperar com as prioridades ou os candidatos democratas e politizar efetivamente o governo em recompensa pelo que consideram uma politização da Justiça. Eles repetiram uma afirmação que o próprio Trump fez a seus seguidores, de que seus adversários políticos, sobretudo Biden, são uma ameaça à democracia, uma reformulação do modo como Biden e os democratas costumam retratar Trump. Para seus seguidores mais fervorosos, o que está em jogo nas eleições de 2024 é existencial, a ideia de que ele possa perder um motivo para fortes discursos e ameaças.

Para alguns, as condenações constituem mais uma razão para resolver o problema por conta própria, num momento em que há crescente apoio ao uso

JUSTIN LANE/AFP E GIORGIO VIERA/AFP

INÊS 249

Prelúdio. Caso Trump perca as eleições, há risco de o país enfrentar uma sublevação mais violenta do que a invasão do Capitólio

da violência para atingir objetivos políticos. As acusações contra Trump alimentaram esse apoio, segundo pesquisas. Alguns meios de comunicação e comentaristas de direita, como Bongino e o Gateway Pundit, exibiram bandeiras de ponta-cabeça nas redes sociais, um sinal de perturbação e um símbolo entre os apoiadores de Trump que recentemente virou notícia quando uma delas voou para a casa do juiz da Suprema Corte Samuel Alito após a insurreição.

Os termos "república de bananas" e "tribunal canguru" circularam, assim como *memes* a comparar Biden a líderes nazistas ou fascistas. Os canais do Telegram se iluminaram com postagens sobre como o fim dos EUA se concretiza, a menos que Trump ganhe novamente em novembro. "Se prendermos Trump, nos livrarmos do Maga, acabarmos com o colégio eleitoral, proibirmos a identificação dos eleitores, censurarmos a liberdade de expressão, salvaremos a democracia", descreve um *meme* em um canal do QAnon no Telegram que mostra Biden de uniforme nazista com um bigode à Hitler.

Tucker Carlson, expoente da mídia de direita, tornou-se apocalíptico: "Importe o Terceiro Mundo, torne-se o Terceiro Mundo. É o que acabamos de ver. Isso não impedirá Trump. Ele vencerá as eleições, se não for morto primeiro. Mas marca o fim do sistema de justiça mais justo do mundo. Qualquer um que defenda esse veredicto é um perigo para você e sua família".

> Nas redes sociais direitistas, Biden é descrito como um autocrata e comparado a Hitler

Os apoiadores de Trump também abriram suas carteiras e enviaram um "recorde" de 34,8 milhões de dólares em pequenas doações para a campanha, afirmou a equipe de Trump. A enorme quantia veio depois de Trump declarar-se um "prisioneiro político" (ele não está preso) e afirmar que a justiça está "morta" nos EUA, numa desesperada campanha para angariar fundos. "O objetivo doentio e distorcido deles é simples: perverter tanto o sistema judicial contra mim, que apoiadores orgulhosos como VOCÊ CUSPIRÃO quando ouvirem meu nome", escreveu a campanha de Trump. "MAS ISSO NUNCA VAI ACONTECER! AGORA É HORA DE EU E VOCÊ JOGARMOS DE VOLTA EM SUAS CARAS CORRUPTAS!"

O verdadeiro veredicto, escreveu Trump no Truth Social, virá em 5 de novembro. Postagens que chamam essa data de um novo "dia da independência" e comparam 2024 a 1776 – uma revolução não contra os britânicos, mas entre

INÊS 249

norte-americanos pelo controle do país – espalharam-se amplamente. A desinformação e os rumores também se espalharam, com o potencial de que estes possam levar a novos atos de republicanos para vingar seu líder.

Numa declaração que viralizou, apoiadores dizem que não está claro quais crimes Trump cometeu (as evidências de falsificação de documentos estão listadas em detalhe na acusação e foram analisadas uma a uma pela mídia). Outras postagens afirmam que o juiz deu instruções incorretas ao júri antes das deliberações, que uma verificação de fatos da Associated Press considerou falsas. Sugestões de que a condenação foi uma "operação" ou uma "operação psicológica" – ou seja, uma manipulação planejada, um refrão comum na extrema-direita sempre que algo importante acontece – igualmente se disseminaram.

A conversa logo se tornou o que o grupo Maga deveria fazer para defender Trump e sobre como os fãs do veredicto, e os democratas em geral, se arrependeriam de

Fogueira. Bannon continua a atiçar o ressentimento. Biden não passa de um tirano, dizem os trumpistas

BIDEN/HARRIS 2024, GAGE SKIDMORE E BRENT STIRTON/GETTY IMAGES/AFP

ter procurado a responsabilização dele na Justiça. "Este será o maior tiro pela culatra político da história dos Estados Unidos", postou a conta conservadora Catturd no Truth Social. "Estou sentindo uma tremenda mudança sísmica no ar."

Kash Patel, ex-funcionário e aliado do governo Trump, sugeriu um caminho a seguir: o Congresso deveria requisitar os registros bancários da filha do juiz Juan Merchan, disse ele. A filha tornou-se um alvo frequente durante todo o julgamento, por ter trabalhado como consultora democrata e arrecadado fundos para políticos da legenda. O senador de Ohio J.D. Vance pediu uma investigação criminal do magistrado, e potencialmente de sua filha, que segundo ele é uma "beneficiária óbvia das decisões tendenciosas de Merchan".

Patel disse que o promotor Alvin Bragg deveria ser intimado a apresentar quaisquer documentos relacionados a reuniões com o governo Biden. "Caso você precise de um gancho jurisdicional, o escritório de Bragg recebe fundos federais do Departamento de Justiça para 'administrar a justiça', vá em frente", escreveu. Megyn Kelly disse que Bragg deveria ser cassado, sem apresentar uma razão que justificasse o pedido.

Alguns aliados de Trump procuraram projetar calma em meio à virulência, dizendo que sabiam que o veredicto seria esse porque o processo tinha sido fraudado, e que os apoiadores precisam manter o foco na vitória em novembro. Steve Bannon, que aguarda algum tempo na prisão por desacato criminal, disse imediatamente após a divulgação do veredicto que este "não prejudicaria em nada" o presidente Trump. "É hora de se recompor e dizer sim, vimos o que aconteceu. Vimos como eles conduzem o jogo nesse processo tortuoso. Mas você tem que dizer: 'Ei, estou mais determinado do que nunca a endireitar as coisas'." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

INÊS 249

Fiel da balança

TheObserver Meloni projeta uma imagem moderada fora da Itália e será decisiva nas eleições europeias

POR JON HENLEY

Quando se tornou primeira-ministra da Itália, em outubro de 2022, Giorgia Meloni parecia o pior pesadelo de Bruxelas. Até então, a impetuosa líder do Irmãos da Itália, um partido com raízes neofascistas, parecia tudo menos amiga da União Europeia. Durante anos, os protestos contra o bloco foram as fichas de jogo de Meloni: o euro equivalia à escravatura, a Comissão Europeia era efetivamente um agiota. "Derrubem esta UE", ela pediu na conferência conservadora CPAC de 2019, nos Estados Unidos.

Quando assumiu o cargo, no Palazzo Chigi, os partidos de extrema-direita de toda a Europa saudaram sua vitória, à espera de que a nova líder em Roma promovesse a agenda nacionalista e se somasse a nomes como Viktor Orbán, da Hungria, na luta contra a burocracia de Bruxelas. Para surpresa de muitos, Meloni não fez isso. A nova primeira-ministra italiana provou, ao menos superficialmente, ser uma europeia construtiva, em parte pelo fato de a Itália precisar de bilhões em fundos de recuperação da UE após a Covid-19, e em parte (talvez) por pretender disputar um jogo mais longo.

Depois das eleições europeias, entre 6 e 9 de junho, que provavelmente levarão bem mais eurodeputados nacional-conservadores e de extrema-direita ao Parlamento, sua influência, na Assembleia, e potencialmente sobre o Executivo, poderá ser muito maior. Cortejada tanto pela extrema-direita ressurgente, ainda que profundamente dividida, quanto pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, de centro-direita, Meloni surgiu como uma possível fazedora de reis que poderá acabar por influenciar o rumo da União Europeia em diversas questões fundamentais.

Até os adversários admitem que ela agiu de forma inteligente. Sua primeira viagem ao exterior como primeira-ministra foi a Bruxelas, onde atuou de modo positivo. Desde então, Meloni tem sido fundamental para garantir um acordo há muito aguardado sobre a reforma das regras de asilo da União Europeia. A *premier* italiana viajou com Von der Leyen em três ocasiões para o Norte da África e assinou acordos com Egito e Tunísia para retardar a partida de migrantes.

Crucialmente, Meloni ofereceu apoio constante à Ucrânia e críticas incondicionais à Rússia. Só essa postura a distinguiu de nomes como Marine Le Pen, da França, e de outras figuras de extrema-direita que tradicionalmente têm sido amigas de Moscou. E ela tem sido inestimável para trazer a Hungria a bordo, tornando-se conhecida como "a sussurradora de Orbán".

Tudo isso foi encantador para Von der Leyen, que, dado o aumento esperado na representação da extrema-direita no Parlamento, poderá muito bem precisar dos votos de alguns deles para garantir seu segundo mandato de cinco anos. O Partido Popular Europeu (PPE, de centro-direita) de Von der Leyen deverá continuar a ser o maior no Parlamento, seguido pelos Socialistas e Democratas, de centro-esquerda, e pelo grupo liberal Renovar, mas nem todos os eurodeputados dessa grande coligação dominante vão apoiá-lo.

> **Será ela capaz de forjar uma aliança do centro com a extrema-direita?**

Von der Leyen descartou repetidamente a possibilidade de trabalhar com alguns partidos de direita radical, entre eles o Reagrupamento Nacional de Le Pen, o Partido da Liberdade holandês, de Geert Wilders, ou o FPÖ da Áustria, todos pertencentes ao grupo parlamentar de extrema-direita Identidade e Democracia. Mas se mostra tranquila diante da hipótese de trabalhar com Meloni e alguns colegas do rival Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), mais normalizados. "Tenho trabalhado muito bem com Giorgia Meloni", que é "claramente pró-europeia", destacou Von der Leyen.

A postura da comissária levou socialistas, liberais e verdes, que temem que Meloni exija uma diluição das medidas climáticas da União Europeia em troca de apoio, a alertar que vão torpedear a renomeação de Von der Leyen, se ela fechar algum acordo com a extrema-direita. A chefe da comissão poderá, então, enfrentar uma escolha. Meloni também. Durante dois anos, a italiana tem sido um modelo de respeitabilidade no palco da Europa, ao mesmo tempo que prossegue

TIZIANA FABI/AFP, VOX ESPANHA E STRAVOS TSOVARAS/EPP

INÊS 249

Cortejo. Von der Leyen, candidata à reeleição, quer atrair Meloni e impedir a formação de um único bloco de extrema-direita

em suas guerras culturais em casa – contra o jornalismo independente, os pais do mesmo sexo e os direitos LGBTQ+. Como disse um diplomata da UE, Meloni "pode ter-se mostrado pragmática, mas é uma política convicta. E sua política ainda é de extrema-direita". Para sublinhar esse fato, a primeira-ministra falou (*online*) numa "grande convenção patriótica", em Madri, no mês passado.

Le Pen, posteriormente apoiada por Orbán, apelou recentemente à colega para unir as forças nacionalistas e de extrema-direita da Europa num "supergrupo" parlamentar. Dadas as suas intensas rivalidades, principalmente em relação à Ucrânia, é muito improvável. Mas é, certamente, imaginável alguma constelação de partidos do ECR nacional-conservador que possa ser palatável para grande parte do PPE de centro-direita de Von der Leyen, ao menos em algumas grandes questões, e tal constelação seria claramente liderada por Meloni. Até agora, ela manteve a pólvora seca, ao recusar-se a especular sobre uma aliança com Von der Leyen ou Le Pen, mas falou abertamente sobre "mudar a imagem europeia" e "construir maioria diferente no Parlamento Europeu".

Se conseguir construir uma ponte entre os conservadores da Europa e ao menos parte da sua extrema-direita, Meloni poderá efetuar uma mudança bastante radical na condução da UE em questões vitais, como as mudanças climáticas, a ampliação do bloco e a imigração. Talvez seja esse o seu plano. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

INÊS 249

A música em busca de telas

AUDIOVISUAL Na próxima semana, um conjunto significativo de documentários musicais estreia no In-Edit. Que ciclo de vida têm esses filmes depois do festival?

POR AUGUSTO DINIZ*

A profusão de documentários propiciada pelas facilidades do digital veio acompanhada, nas duas últimas décadas, de uma linhagem específica e numerosa dentro do gênero: a de filmes ligados à música. Sabe-se, porém, que a maioria esmagadora desses títulos circula somente em mostras e espaços de acesso restrito, longe das grandes audiências.

Nesse contexto, o In-Edit, Festival Internacional do Documentário Musical, criado em 2003 e realizado em diferentes cidades do mundo, tornou-se uma vitrine de prestígio. No Brasil, a 16ª edição do evento acontece em São Paulo, de 12 a 23 de junho, e reúne 12 filmes brasileiros e 20 internacionais ainda inéditos no circuito comercial.

Estão entre os selecionados nacionais *O Homem Crocodilo*, de Rodrigo Grota, mergulho no universo de Arrigo Barnabé; *Luiz Melodia, no Coração do Brasil*, de Alessandra Dorgan, que estreou em abril no É Tudo Verdade; *Germano Mathias – O Catedrático do Samba*, de Caue Angeli e Hernani de Oliveira Ramos, sobre um dos modeladores do samba urbano paulistano; *Moacyr Luz, O Embaixador Dessa Cidade*, de Tarsilla Alves, retrato de um expoente do cancioneiro carioca; e *Funk Favela*, de Kenya Zanatta, que mostra as origens e contradições do movimento.

Chama atenção ainda *No Rastro do Pé de Bode*, de Marcelo Rabelo, que ganhou, em março, três dos quatro prêmios aos quais concorria no Panorama Internacional Coisa de Cinema, da Bahia. O filme resgata a sanfona de oito baixos, instrumento fundamental para o desenvolvimento do forró no Nordeste.

Antes de ganhar a tela grande, *No Rastro do Pé de Bode* passou na TVE Bahia.

> As plataformas de *streaming* têm apostado também em produções próprias do gênero

Sabe-se, porém, que muitos dos filmes selecionados para os festivais brasileiros acabam, depois das sessões nesses eventos, fadados a certa invisibilidade. De acordo com o Observatório do Cinema e do Audiovisual (OCA-Ancine), os documentários representaram, em 2023, 33,9% do total de filmes brasileiros lançados nos cinemas, mas responderam por apenas 4,8% dos ingressos vendidos.

Uma pergunta que se coloca, diante desses dados, é: que ciclo de vida tiveram os filmes selecionados para edições anteriores do In-Edit, em especial aqueles premiados e considerados significativos no espectro da música e do registro cultural?

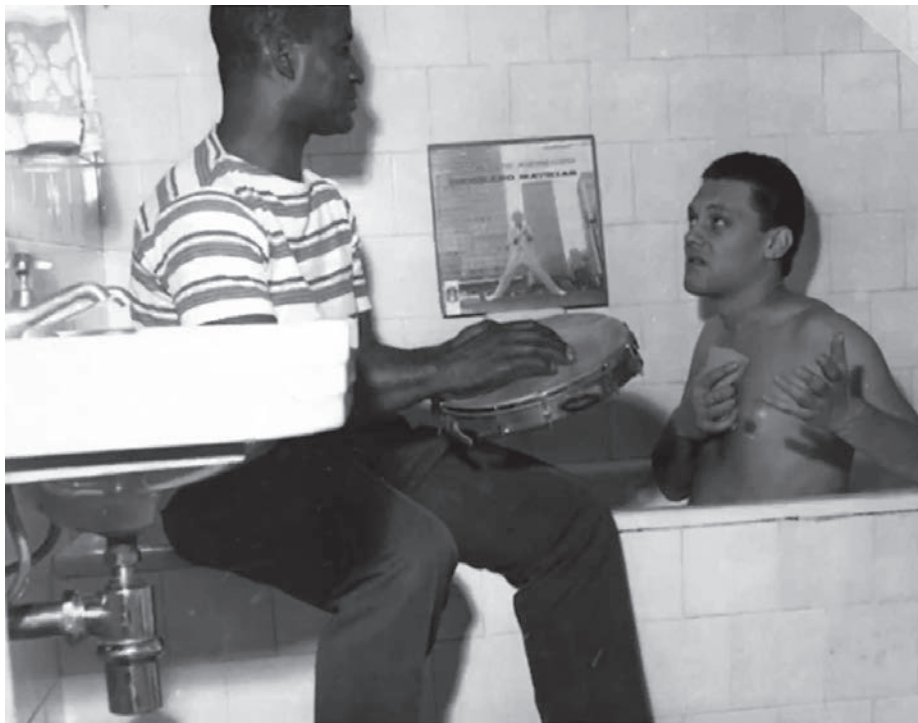
Manguebit, de Jura Capela, foi lançado em 2021 no Festival do Rio, na esteira das comemorações de três décadas do movimento homônimo e venceu a competição nacional do In-Edit 2022. No fim desse mesmo ano, foi exibido nos canais fechados Cine Brasil TV e Canal Brasil – cabe lembrar que a Lei da TV Paga, de 2011, estabeleceu que, para cada três canais estrangeiros, as operadoras devem oferecer um nacional.

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 50

Livro. O geógrafo David Harvey vislumbra um mundo possível pós-capitalismo

Vitrine. *No Rastro do Pé de Bode*, sobre a sanfona de oito baixos, e *Germano Mathias – O Catedrático do Samba* estão entre os selecionados do In-Edit 2024

CANAL BRASIL E UMBIGADA/TVE/IRDEB/GOVBA

Depois disso, o retrato de um dos mais importantes movimentos musicais do País, surgido no Recife, na década de 1990, passou a ter exibições esporádicas em cineclubes e sessões especiais.

Na mesma edição da qual o *Manguebit* saiu premiado, foi exibido *Belchior – Apenas um Coração Selvagem*, de Natália Dias e Camilo Cavalcanti. O filme havia estreado no É Tudo Verdade de 2022, com expectativa alta, mas recepção fria. Seguiu então para o canal Curta!, também na TV Paga, em 2023, e hoje integra o catálogo do Globoplay.

O que se percebe, ao olhar para trás, é que os filmes que conseguem maior visibilidade depois do festival são muito mais exceção que regra. Uma dessas exceções é *Elis & Tom, Só Tinha Que Ser com Você*, de Roberto de Oliveira e Jom Tob Azulay, exibido no In-Edit do ano passado.

O documentário sobre os bastidores do clássico álbum de 1974 foi lançado pela O2Play nas salas de cinema em 2023 e visto por mais de 40 mil espectadores nas três primeiras semanas. Curiosamente, no entanto, o vencedor do festival de 2023, *Terrua Pará*, de Jorane de Castro, que mostra a diversidade musical amazônica, ainda carece de uma exposição à altura da cena que retrata.

Outros dois documentários reveladores de cenários musicais regionais, apresentados em 2023, *As Origens da Lambada*, de Sonia Ferro e Félix Robatto, e *Mostra Reverbo*, de Mário de Almeida, tampouco conseguiram outras janelas relevantes.

O primeiro mostra de que forma a fusão de ritmos paraenses desaguou no gênero musical de enorme sucesso internacional, algo pouco visto na história da música brasileira. O filme quase não teve circulação e seu produtor até pouco tempo negociava o licenciamento para a tevê aberta. Já *Mostra Reverbo*, que retrata o bem-sucedido agrupamento de criação musical emergido no Recife, em 2017, limitou-se, pós-In-Edit, a poucas exibições na capital pernambucana.

Enquanto isso, multiplicam-se, nas plataformas de *streaming*, produções próprias, como *Sullivan & Massadas: Retratos e Canções*, do Globoplay, e *Se Eu Fosse Luíza Sonza*, da Netflix. Em breve, uma série sobre Marília Mendonça deve estrear na Amazon Prime Video.

Há, ainda, os artistas que resolveram autoproduzir-se e lançar documentários sobre si mesmos. Caetano Veloso disponibilizou no YouTube, em 2023, uma entrevista a Charles Gavin sobre o seu último álbum autoral, *Meu Coco* (2021). O vídeo teve 72 mil visualizações. Boa parte dos documentários fica abaixo dos 5 mil ingressos nos cinemas.

É inegável que a narrativa audiovisual musical se tornou uma peça-chave tanto na indústria audiovisual quanto na fonográfica. O vigor do segmento não se traduz, no entanto, na visibilidade de muitos desses projetos, que desaparecem na mesma velocidade com que surgem. •

**Colaborou Ana Paula Sousa.*

Outras formas possíveis de vida

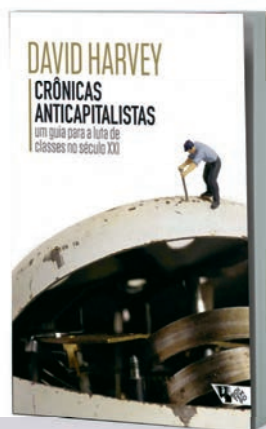
LIVROS Em um novo conjunto de textos, David Harvey vincula seus estudos à experiência concreta das lutas contra a espoliação espalhadas pelo mundo

POR FÁBIO MASCARO QUERIDO*

David Harvey é um dos principais intelectuais marxistas em atividade. Poucos foram os que, como ele, avançaram tanto na compreensão das especificidades do capitalismo contemporâneo. Em conjunto, seus trabalhos sobre a "condição pós-moderna", o "novo imperialismo" ou o neoliberalismo constituem uma das mais convincentes atualizações da crítica marxista ao mundo regido pela lógica destrutiva do capital.

Embora tais estudos revelem um panorama sombrio, marcado pela proliferação de formas de "espoliação" dos seres humanos e da natureza não muito diferentes daquelas da época da "acumulação primitiva", descrita por Marx, Harvey não se deixa levar pela resignação. É o que se pode ver em *Crônicas Anticapitalistas: Um Guia para a Luta de Classes no Século XXI*, disponível nas livrarias brasileiras a partir da semana que vem.

O livro foi inspirado em *podcast* quinzenal de mesmo nome. Os 19 capítulos que o compõem foram elaborados a partir de debates com movimentos sociais e políticos dos Estados Unidos e do Sul Global – dentre eles o Movimento dos Trabalhadore Rurais Sem Terra brasileiro –, ocorridos no The People's Forum, sediado em Nova York.

O caráter anticapitalista da perspectiva de Harvey vincula-se, portanto, à experiência concreta das lutas que contestam o imaginário neoliberal, vislumbrando outras formas possíveis de organização da vida social.

CRÔNICAS ANTICAPITALISTAS: UM GUIA PARA A LUTA DE CLASSES NO SÉCULO XXI

David Harvey. Tradução: Artur Renzo. Boitempo (240 págs., 75 reais)

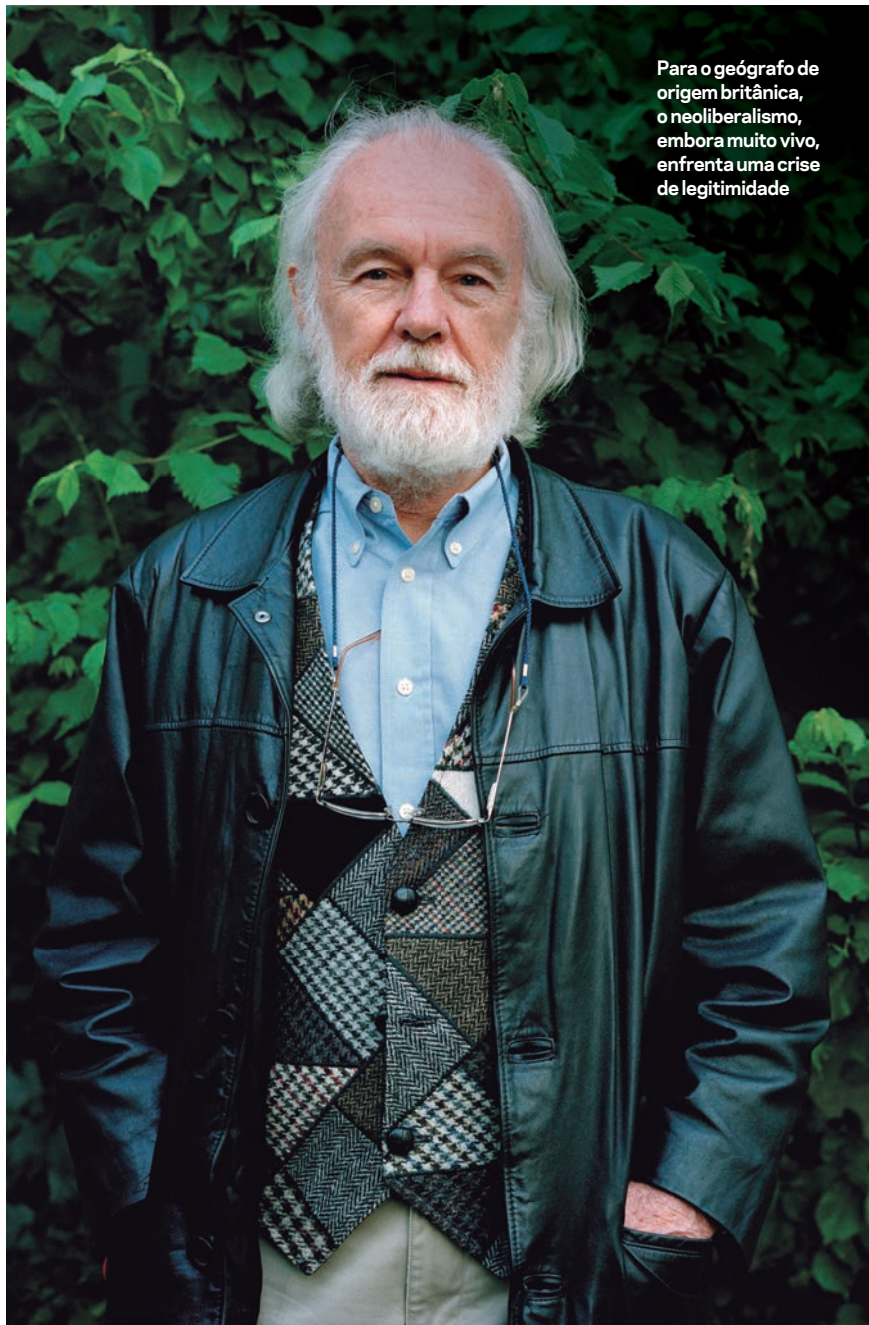
Em *Crônicas Anticapitalistas*, são muitas as questões abordadas: as alianças entre neoliberalismo e extrema-direita no Brasil e no mundo; a "financeirização do poder"; as mudanças climáticas; o papel da China no tabuleiro econômico e geopolítico; a dinâmica territorial do capital; a pandemia da Covid-19; e as relações entre socialismo e liberdade, dentre outros assuntos. Harvey, em resumo, nos leva para o olho do furacão contemporâneo.

Para o geógrafo de origem britânica, o neoliberalismo, embora muito vivo, enfrenta atualmente uma crise de legitimidade, razão pela qual seus representantes políticos não hesitam em se associar a movimentos populistas de direita – história que conhecemos bem por aqui. Agora, ao questionado "consenso" neoliberal se soma a "força" neofascista, numa combinação que, para os que estão nos níveis mais baixos da pirâmide social, não tem como não ser explosiva.

Nesse cenário, a alternativa ao capitalismo neoliberal precisa ser uma alternativa estrutural, no sentido de que, ao mesmo tempo que responde às demandas mais imediatas das classes populares, projeta os contornos de um outro tipo de sociedade. E, mais ainda, precisa ser uma alternativa global, uma vez que seria impossível alcançar tal objetivo em um país isolado.

Mesmo que o neoliberalismo seja a "forma particular" do sistema nas últimas décadas, é no próprio capitalismo que se encontra a raiz do problema. O desafio, então, é o de como coordenar ou unificar – sem mascarar a diversidade – as várias lutas e mobilizações contra a exploração que se alastram pelo mundo.

Não se trata de tarefa fácil, e Harvey é consciente disso. Para ele, a superação do capitalismo não poderá prescindir, ao menos num primeiro momento, de

INÊS 249

Para o geógrafo de origem britânica, o neoliberalismo, embora muito vivo, enfrenta uma crise de legitimidade

um longo processo de transição em que a construção do novo ocorrerá sem a demolição completa e imediata do velho. O sentido de uma "revolução" anticapitalista não é, para Harvey, acontecimento com dia e hora marcados.

Em linguagem acessível, mas sem recair no simplismo, ele nos mostra que nem tudo está perdido. O fato de que hoje é difícil imaginar um mundo distinto do atual não significa que assim continuará a ser no futuro. Eis aí, talvez, a lição mais importante destas crônicas. •

**Fabio Mascaro Querido é professor de Sociologia da Unicamp.*

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA

A narradora de **As Chaminés Tocam o Céu – Um Conto para Crianças Velhas** (Todavia, 72 págs., 49,90 reais) é uma mulher cujos filhos são quase todos avós. A alinhavar o conto de Natal do francês Jean-Claude Grumberg estão as faltas que o passar dos anos impõe e o Papai Noel.

Faca (Cia. das Letras, 232 págs., 69,90 reais) é o potente relato de Salman Rushdie do ataque que sofrera em 2022, quando um homem tomou para si a missão de cumprir a pena de morte imposta ao autor décadas atrás. Seu estilo límpido e envolvente aparece aqui intacto.

Giovana Proença, colaboradora de *CartaCapital*, estreia na ficção com **Os Tempos da Fuga** (Urutau, 156 págs., 58 reais), romance protagonizado por uma mulher que teve o destino e a identidade estilhaçados pela ditadura brasileira e, após anos vivendo na Argentina, retorna ao País.

Uma celebridade da era pós-mídia

TheObserver Como, nesta época em que as pessoas passam os dias grudadas nos celulares, Taylor Swift transforma shows, discos e afirmações em eventos de massa

POR KITTY EMPIRE

Como escrever sobre a maior e mais discutida estrela da atualidade? Poderíamos seguir dicas da normalmente moderada revista *New Yorker*. Mas até eles, recentemente, levantaram as mãos e declararam que Taylor Swift está além das resenhas. E não porque os críticos pudessem se intimidar pelos *Swifties*, mas porque seu trabalho pode estar, oficialmente, além do bem e do mal.

Sinéad O'Sullivan afirmou na revista que Taylor está tão fora da norma *pop* que é inútil avaliar sua produção como meras canções: ela criou um universo próprio, no estilo Marvel, no qual abundam referências internas complexas. Taylor embarca em sua arte multiplataforma com conhecimento de causa, deixando um rastro de ovos de Páscoa, quebra-cabeças baseados em numerologia e jogos de xadrez em 3D. Como uma celebridade "pós-mídia", ela não aprecia muito os intermediários e está, obviamente, além das entrevistas.

Em uma rara conversa com a revista *Time*, em 2023, quando foi eleita a Personalidade do Ano, ela tratou sua emotiva e inteligente campanha de regravação de álbuns para obter o controle de seus *masters*, os *Taylor's Versions*, como uma missão mítica. "Estou colecionando pedras do infinito. A voz de Gandalf está na minha cabeça toda vez que lanço um novo *master*", disse, referindo-se à série Harry Potter.

Neste universo, a exegese de Taylor é pesada e inclui notícias sobre seu mais recente marco na Swiftonomia; teorias de fãs partilhadas e dissecadas à velocidade da luz; e até cursos universitários e simpósios. Este é mais um artigo a ser jogado em uma pilha enorme, mas, ainda assim, vale a pena examinar o fenômeno de uma cantora e compositora que se tornou muito mais do que apenas isso.

Seus fãs comemoram tão alto que, em duas ocasiões, no ano passado, seus shows foram registrados como terremotos na escala Richter nos Estados Unidos. Os aliados de Donald Trump ameaçaram travar uma "guerra santa" caso ela apoie Joe Biden para a Presidência dos Estados Unidos. "Ela é a maior *gangsta* do mundo da música no momento", afirmou o *rapper* Drake, recentemente.

> A artista impacta financeiramente as cidades por onde passa e seus shows já foram registrados como terremotos na escala Richter

Uma série de estatísticas e recordes quebrados – como a maior transmissão *online* da história – confirmam o predomínio de Taylor. A *Eras Tour*, que passou pelo Brasil no fim de 2023, parece destinada a ser a de maior bilheteria de todos os tempos e mexeu as placas tectônicas financeiras de cidades inteiras.

O Barclays calculou que seus shows em Londres, entre este mês e agosto, podem render o equivalente a 7 bilhões de reais para a economia do Reino Unido. Nos Estados Unidos, ela tornou o futebol americano – o esporte mais popular do país – ainda mais popular. É que o seu namorado, Travis Kelce, joga no Kansas City Chiefs. Calcula-se que Taylor tenha gerado 1,8 bilhão de reais adicionais para a Liga Nacional de Futebol, entre 24 de setembro de 2023 e 22 de janeiro deste ano.

Também na política ela parece funcionar como impulsionadora. "Não posso comentar o que Taylor Swift está dizendo ou não", disse um porta-voz da Casa Branca, sobre se a artista apoiará Biden este ano. Seria hilário, se o contexto não fosse tão carregado. A Fox News definiu-a como um "ativo psicológico do Pentágono" e os aliados de Trump a advertiram para ficar fora da política. Extraordinário é todos acreditarem que ela pode influenciar as eleições.

Ainda mais notável é o fato de Taylor Swift conseguir, ao mesmo tempo que impacta a geopolítica e a macroeconomia, cultivar uma capacidade de relacionamento inteligente e sensível. Ela é "sua melhor amiga bilionária", como bem

NRK P3/NORWAY

Midas. A *Eras Tour*, que passou pelo Brasil no fim de 2023, parece destinada a ser a de maior bilheteria de todos os tempos

INÊS 249

definiu Georgia Carroll, que falou no recente Swiftposium australiano.

Trata-se de uma estrela que ganhou dinheiro com suas composições, aproveitando a obsessão de seus fãs por consumir vários formatos de sua produção – e não diversificando seu portfólio em bebidas, maquiagem ou NFTs. Por seus intermináveis lançamentos de edições limitadas e produtos e por sua ética de trabalho infatigável, Taylor Swift já foi comparada ao modelo capitalista

O caráter de excepcionalidade de sua jornada está bem fundamentado tanto no talento quanto nas táticas. Embora domine nossa época, Taylor é, na verdade, uma artista antiquada, que teria sido uma ótima libretista da Broadway. Ao contrário de grande parte do *pop* moderno, suas canções contam uma história, de maneira sucinta e emotiva, aproximando-se, muitas vezes, do legado de seus primórdios no *country*.

Daddy I Love Him, de *The Tortured Poets Department,* seu 11º álbum, é uma história completa de amor frustrado, que pode fazer lembrar seu relacionamento conturbado com Matty Healy, do grupo The 1975's.

Influência. Os trumpistas atacam a artista que, em 2016, ganhou o Grammy *country*

Neste momento em que se diz repetidamente que o valor da música gravada nunca foi tão baixo e que ela é consumida, majoritariamente, como clipe no TikTok, Taylor Swift lança álbuns duplos que são, em si, eventos.

Numa época em que as pessoas se envolvem com conteúdo altamente individualizado em seus telefones, os lançamentos, shows e pronunciamentos da artista tornam-se eventos de massa, enquanto fanáticos, simples fãs e curiosos correm para digerir sua última produção ou decodificar uma postagem enigmática.

Mas Taylor também pertence profundamente a esta era, onde a fama tornou-se mais intensa, sanguinária e inconstante. E nem tudo foi como é hoje. Seu caminho inclui uma série de dramas, conflitos, o enfrentamento de um DJ assediador no tribunal, em 2017, e clímax de relações-públicas em que o avatar de Taylor levou uma surra.

As estrelas são, até certo ponto, personagens bidimensionais, projeções. Mas as estrelas também são espelhos, refletindo o que queremos – ou precisamos – ver. E o que muitos fãs de Taylor veem é uma mulher cujas composições refletem suas preocupações. Ela escreve sobre a expectativa e as decepções do amor romântico, privilegiando a intensidade da experiência feminina, mas também todos os aspectos de sua complexa história.

Mas, se sua saga distorce o feminino, seu feminismo tem falhas e tem sido criticado por sua palidez, apesar de alguma ação oportuna nas redes sociais na época de #BlackLivesMatter e da amizade com Beyoncé.

Mas a chave para seu predomínio é sua própria história: Taylor foi cancelada e ressuscitada como uma fênix – ou uma heroína pós-moderna. Ela sobreviveu a agressões físicas, jurídicas e financeiras, e provou que os medos são superáveis.

Todo entretenimento é, queiramos ou não, uma distração de coisas mais importantes. Não por acaso, os circos tradicionalmente ficam em segundo lugar, depois do pão, na hierarquia das necessidades para evitar-se a queda na anarquia. Mas precisamos deles. E Taylor Swift é a mestre de cerimônias de um circo que muitas cidades têm parado para ver. •

Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.

MATT SAYLES/PTI E TIMOTHY A. CLARY/AFP

O longa-metragem coloca ênfase em um romance vivido em meio ao enfrentamento entre gangues

Guimarães Rosa levado à periferia

CINEMA GUEL ARRAES E JORGE FURTADO TRANSPÕEM O UNIVERSO E A ORALIDADE DE *GRANDE SERTÃO* PARA A CONTEMPORANEIDADE

POR SEBASTIÃO MOURA

Grande Sertão, em cartaz nos cinemas brasileiros desde a quinta-feira 6, une dois desejos do diretor Guel Arraes: tentar adaptar a monumental obra literária de João Guimarães Rosa e tratar dos conflitos entre a polícia e o crime organizado no que ele chama de "guerra urbana brasileira", tornada um subgênero nos "filmes de favela" do cinema nacional no início dos anos 2000.

"*Cidade de Deus* tem o ponto de vista da comunidade. *Tropa de Elite*, o da polícia. Queríamos tentar fazer um filme que incluísse todas as perspectivas, incluindo a dos bandidos, e o tratamento épico dado pelo romance a essa figura do cangaceiro atormentado parece um caminho adequado", afirmou o cineasta, em entrevista sobre o filme, realizada em São Paulo.

Trazendo os eventos do livro para uma comunidade periférica, o longa-metragem, em princípio, ensaia abordar de maneira frontal as complexidades da violência nesses territórios. No entanto, conforme a narrativa avança, temas sensíveis, como o luto das mães de crianças assassinadas pelo Estado, vão dando lugar a uma narrativa mais palatável sobre um romance vivido em meio ao enfrentamento de gangues – e o filme, assim, acaba por ter mais em comum com *West Side Story* do que com a tradição do realismo social.

Caio Blat e Luísa Arraes, como o casal principal Riobaldo e Diadorim, reprisam os papéis que interpretaram na montagem teatral de *Grande Sertão: Veredas* dirigida por Bia Lessa. A tensão entre os dois se dá pela atração mútua que Riobaldo não permite consumar porque Diadorim, nascido Diadorina, apresenta-se com uma expressão de gênero masculina – e fica ambíguo, no filme, se a personagem foi idealizada como um homem *trans*.

De qualquer forma, é uma representação que não deslegitima noções mais flexíveis de gênero, apesar da escolha infeliz de gravar o corpo nu da personagem após sua morte como uma forma de revelação dramática ao protagonista.

Além dos visuais ambiciosos que miram no mesmo maximalismo expressivo de Baz Luhrmann em *Romeo + Juliet*, o marcador estilístico mais proeminente são os diálogos. Assim como fizeram com a linguagem shakespeariana em *Romance*, de 2008, os corroteiristas Arraes e Jorge Furtado transportam a prosa sofisticada de Guimarães Rosa para a oralidade contemporânea sem destituí-la de sua personalidade original. •

HELENA BARRETO

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

"Esperado e surpreendente"

▶ Tanto a goleada tomada pelo Vasco quanto a taça conquistada pelo Real Madrid refletem as estruturas por trás de cada um dos clubes

A derrota do Vasco para o Flamengo numa goleada histórica de 6 a 1 pode repercutir, para nós, mais que a 15ª conquista do melhor campeonato de futebol dos tempos atuais, a Champions League, pelo Real Madrid. O placar da partida pela Série A do Brasileirão foi completamente estranho.

É um desses resultados que acontecem de vez em quando. E, em geral, ocorrem quando um clube dos chamados grandes atravessa uma tempestade, como é o caso da nau vascaína, que está em rota de colisão com a própria SAF que a administra.

O time – que, como qualquer outro, para andar bem precisa necessariamente estar de cabeça limpa – fica transtornado diante de uma situação como esta. A guerra judicial entre a SAF 777 Partners e a diretoria de Pedrinho continua.

De acordo com o *Globo Esporte*, os dois lados se preparam para as próximas batalhas tanto no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro quanto na arbitragem, que ficará a cargo da Fundação Getulio Vargas.

O C.R. Vasco da Gama é um dos três melhores clubes do País em termos de organização e história. Seu passado é rico em todos os sentidos. Já conta com o segundo presidente a ter sido um atleta profissional.

Para haver resultados desequilibrados como esse que vimos na tarde do domingo 2, no Maracanã, é necessário que um dos times esteja, de fato, atravessando um momento de muito descontrole. Cabe lembrar, como tenho escrito outras vezes aqui, que os clubes administrados pelas SAFs têm passado por isso com maior frequência. O Botafogo, em 2023, é outro exemplo ilustrativo. Na partida contra o Flamengo, vimos em campo os jogadores vascaínos aparvalhados, mostrando claramente a sua desorientação.

A Seleção Brasileira, naquele traumático episódio da Copa 2014, diante da Alemanha, também nos mostrou isso. Uma semana antes, o técnico Luiz Felipe Scolari havia pedido socorro a uma psicóloga, solicitando que fosse com urgência à concentração. Ou seja, a coisa já não andava bem.

São muitos os exemplos de goleadas tomadas por times que, tecnicamente, teriam capacidade de enfrentar o adversário. Mas não tem jeito: não há um fator isolado que possa explicar um fenômeno como esse, que deixa o torcedor atordoado.

Já no que diz respeito a mais essa conquista do Real Madrid – do consagrado técnico Carlo Ancelotti – diante do Borussia Dortmund, deu-se o inverso.

Achei interessante o comentário de Carlos Mansur, em sua coluna em *O Globo*, tentando encontrar uma explicação razoável ou sobrenatural para os acontecimentos que levaram às seguidas vitórias do clube espanhol. Mansur cita o mata-mata do Real contra o Paris Saint-Germain, nas oitavas de final.

O time francês tinha vantagem no duelo até os 16 minutos do segundo tempo, quando uma falha grotesca do goleiro Donnaruma levou à virada no jogo.

Em seguida, ele comenta a decisão com o Manchester City. A superioridade dos ingleses, teoricamente, era absoluta, até que, na prorrogação, Ancelotti colocou o sempre surpreendente Rodrygo, que fez a façanha de meter dois gols, levando à concretização, para espanto de todos, da vitória merengue.

Numa final contra o Liverpool, com desempenho também completamente favorável aos britânicos, a vitória acabou atribuída à atuação "sobrenatural" do goleiro Courtois.

Não se pode, de toda forma, esquecer que o Real Madrid é o clube que mais bem domina o funcionamento do futebol profissional ao longo da história desse esporte.

Outros times aproximam-se desse poder, como o tradicional rival Barcelona; como tentam agora os ingleses ou como foram, tempos atrás, os italianos Milan e Juventus.

Mas, como dizem os próprios espanhóis, *las brujas* estão aí. E o Real segue dando todas as condições ao craque Ancelotti, que, com seu terno impecável, conquistou em Wembley, no Reino Unido, sua quinta taça na Champions.

Fico então com o Mansur, que atribui esta bela campanha à atitude do treinador italiano de "deixar confortáveis as estrelas" que compõem seu elenco para vencer quase sempre de maneira "esperada e surpreendente".

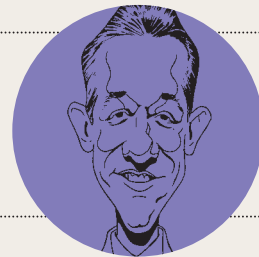
Sem problemas estruturais ou contratuais, e com métodos atualizados de trabalho, o clube permite que cada indivíduo cumpra seu papel na engrenagem.

Fortalece-se assim a confiança mútua – elemento principal no rumo à superação, sem a qual, seja em qualquer atividade, não se alcança o sucesso. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ARTHUR CHIORO

Médico sanitarista e professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi ministro da Saúde. É presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MEC)

Duas décadas do 192

▶ O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o SAMU, uma das mais importantes e exitosas políticas de saúde do País, completa 20 anos

Criado pelo presidente Lula em 2004, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o SAMU 192, foi uma iniciativa do governo federal construída em parceria com estados e municípios, responsáveis por sua operacionalização.

Atualmente, atende mais de 187 milhões de brasileiros, 92% da nossa população, em torno de 3,9 mil municípios, e conta com orçamento federal de 1,9 bilhão de reais, equivalente a 50% dos recursos para sua manutenção.

Usando macacões azuis, surgiu uma nova corporação composta de mais de 80 mil profissionais de saúde, que fazem a diferença na proteção da vida. São médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, motoristas e técnicos de regulação médica responsáveis por 192 Centrais de Regulação e uma frota de 3.847 ambulâncias de suporte básico e de suporte avançado de vida (UTI), 256 motos e 13 lanchas, além de 21 equipes de resgate aeromédico.

Antes da sua criação, o atendimento era precário. Ambulâncias, quando disponíveis, transportavam pacientes para unidades sem condições para realizar os cuidados necessários. Familiares ou populares, na ânsia de prover transporte rápido, nem sempre procediam da maneira mais adequada. As taxas de mortalidade em domicílio ou nas vias públicas eram elevadíssimas.

Uma alternativa era acionar o Corpo de Bombeiros, presente em menos de 30% dos municípios, apto a atuar em situações críticas, como vítimas presas às ferragens de veículos, incêndios, ou quando a equipe de saúde se coloca em risco, mas sem o preparo médico das equipes do SAMU.

Em 2003, foi criada a Coordenação de Urgências e Emergências no Ministério da Saúde, para formular uma nova política. Buscou-se, com apoio de técnicos de várias partes do País, analisar 16 experiências de implantação do SAMU que estavam em curso, como as do Recife, de São Paulo, Campinas, Porto Alegre e Vale do Ribeira (SP), apoiadas por uma cooperação direta com o Ministério da Saúde da França.

Nesse período, como diretor do Departamento de Atenção Especializada, fui designado pelo ministro Humberto Costa para conhecer a experiência pioneira do SAMU francês, criado após a Segunda Guerra Mundial, que inspirou o equivalente no Brasil e em outros países.

O SAMU é muito mais que um serviço de ambulâncias, motolâncias, ambulanchas ou de transporte aeromédico. É uma estratégia decisiva de cuidado que faz parte da Política Nacional de Urgência e Emergência, sendo o primeiro componente da rede implementado no País.

Ele opera por meio de três estratégias que diferem sua atuação da de outros países: a adoção do 192 como número telefônico nacional, o funcionamento sob regulação médica e o reconhecimento da sua autoridade sanitária.

O coração do SAMU é a Central de Regulação Médica de Urgência. Quando alguém liga para o 192, o atendente faz algumas perguntas e toma decisões iniciais. Em seguida, o médico regulador, como autoridade sanitária constituída – inclusive com o poder de decretar vaga zero – encaminha o paciente para o serviço médico mais adequado para suas necessidades. Mais do que rapidez, o objetivo é transportar a pessoa de maneira segura, após a sua estabilização.

Atua sobre as urgências traumáticas, clínicas, obstétricas, cirúrgicas, pediátricas e psiquiátricas. Vale lembrar que até a sua criação, urgência em saúde mental era, literalmente, um caso de polícia.

O SAMU é fundamental também em situações de desastres e acidentes com múltiplas vítimas. Isso requer planejamento, treinamento e educação permanente para formar profissionais com habilidades e competências necessárias.

Em duas décadas, o SAMU constituiu-se como uma política de Estado. Sobreviveu ao golpe e à retração dos investimentos nos governos Temer e Bolsonaro, onerando estados e municípios. De 2017 a 2022, a expansão da cobertura havia parado em 82%. A frota não foi renovada, impondo condições críticas de atendimento e segurança.

Felizmente, o SAMU voltou a ser fortalecido a partir do atual governo Lula. Pretende-se, agora, chegar a 100% em 2026. Além da renovação e expansão da frota, o custeio do serviço foi ampliado em 30% em 2023. Em 2024, o governo federal entregará 1.780 novos veículos. No PAC estão previstas 14 novas centrais de regulação, além de 350 novos veículos.

O SAMU é o serviço público mais bem avaliado, um reconhecimento simbólico muito importante, porque, efetivamente, faz a diferença e goza da confiança da população.

Não é por menos que seus profissionais têm orgulho de ser “samuzeiros”, uma postura ética e profissional de compromisso que tem feito muita falta nos serviços médicos País afora. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

VENES CAITANO

Curso

60 anos de Golpes

Autoritarismo brasileiro: *do golpe de 1964 à intentona bolsonarista de 2023*

CartaCapital e um time de professores consagrados te levam por uma jornada pelo autoritarismo brasileiro.

Mergulhe no coração da história política do Brasil e entenda a crise que continua a testar os limites da nossa democracia.

A primeira aula ocorreu na primeira semana de maio. Garanta agora sua vaga!

Inscreva-se agora!

Saiba mais em:

https://cursos.cartacapital.com.br/60-anos-de-golpes

INÊS 249

EMERGÊNCIAS

EMERGÊNCIAS

EMERGÊNCIAS

SUA AJUDA LEVA ESPERANÇA PARA O RIO GRANDE DO SUL

A Ação da Cidadania está dando apoio humanitário ao Rio Grande do Sul desde o primeiro dia. Já doamos **mais de 35 toneladas de alimentos** e itens de higiene e limpeza, além das centenas de toneladas que estão a caminho. **Contamos com você para levar esperança a quem mais precisa.**

APONTE O SEU CELULAR E DOE PARA A **CAMPANHA EMERGÊNCIAS**

Para saber outras formas de apoiar, acesse:
acaodacidadania.org.br/**emergencias**